



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Identidade e Desafiliação: Histórias de Vida Sem-Abrigo

Maria Luís Pais Rosa Metrogos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em serviço Social

Orientador:

Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2017



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Identidade e Desafiliação: Histórias de Vida Sem-Abrigo

Maria Luís Pais Rosa Metrogos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em serviço Social

Orientador:

Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2017

Dedicatória

À avó que partiu a meio deste meu percurso e com a qual, pela primeira vez, não poderei partilhar este momento.

Agradecimentos

A presente investigação resulta de um longo, árduo e conturbado, não esquecendo solitário, percurso que acabou por se prolongar mais do que inicialmente esperado ou desejado. Não obstante as inquietações e obstáculos surgidos ao longo do percurso, este trabalho mostrou ser uma fonte de profunda aprendizagem e enriquecimento tanto a nível pessoal como profissional tendo a sua realização proporcionado experiências que me acompanharão para sempre.

Não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que tornaram possível a realização deste trabalho, a todos eles expresso a minha enorme gratidão e admiração.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por terem estado sempre presentes.

À minha mãe minha companheira nesta “nossa” batalha, pela vontade, disponibilidade e tempo dispensado para que pudesse percorrer este percurso.

Ao meu irmão e restante família pelo entusiasmo demonstrado e pela força.

Ao Jorge, por ter estado sempre presente e me ter acompanhado ao longo deste percurso, um percurso marcado pelas aventuras, as conversas e as gargalhadas.

Ao Paulo, a minha fonte de apoio e motivação incondicional que, apesar da distância permaneceu sempre próximo; por partilhar as minhas angústias, por me ouvir e por estar sempre presente nos momentos mais importantes e me compreender como ninguém.

Ao Nuno e família, pela paciência demonstrada ao longo de todo o processo, pelo apoio e pela compreensão e dedicação.

À Professora Doutora Maria Inês Amaro pela disponibilidade incansável, pela constante transmissão de conhecimentos e aprendizagens, pela (s) oportunidade (s), e pelo rigor, empenho, exigência e respeito demonstrados.

À Cáritas Diocesana de Setúbal – Centro Social São Francisco Xavier e à Dr.^a Clara por terem recebido e aceite bem como todo o apoio e disponibilidade demonstradas durante todo o processo.

A toda a restante equipa, Dr.^a Ana e Dr.^a Ana Gaspar bem como a todas as auxiliares – Susana, Fernanda, Manuela entra todas as outras, por me terem acolhido, auxiliado e orientado durante o meu tempo na instituição.

Aos meus entrevistados pela abertura e honestidade e por se terem disponibilizado a participar no estudo contribuindo com as suas histórias de vida. Sem o vosso contributo este estudo não teria sido possível.

Resumo

O presente estudo, cuja temática incide sobre a população sem-abrigo, intitulado “Identidade e Desafiliação: Histórias de Vida Sem-Abrigo” trata da narração, interpretação e análise de história de vida de indivíduos que se encontram a experienciar a condição de sem-abrigo – ou tenham, em algum momento das suas vidas, experienciado tal condição.

Conhecendo-se a relação intrínseca existente entre o fenómeno sem-abrigo e a desafiliação pretende-se, de um modo mais aprofundado e fundamentado, compreender quais as implicações da desafiliação quer na identidade quer no percurso de vida do indivíduo sem-abrigo.

A investigação de natureza qualitativa, de tipo exploratório sob forma de abordagem biográfica, foi concretizada com recurso a entrevistas biográficas aplicadas na valência “Tornar a Ser”, resposta social da Caritas Diocesana de Setúbal destinada à população sem-abrigo da cidade. Após realização das entrevistas – método empregue para obtenção de dados ou narrativas, procedeu-se à narração das histórias e percurso de vida dos entrevistados e, posteriormente, à análise e interpretação das mesmas – análise de conteúdo, com o intuito de obter resultados.

Não obstante a pluralidade populacional que recorre a esta valência, cujo perfil vai variando consoante a realidade ou contexto social e económico do país - sendo possível, atualmente, observar uma mudança no perfil de quem recorre à ajuda da instituição, e após delineados critérios minuciosos, foram selecionados quatro indivíduos do sexo masculino de faixas etárias distintas, bem como com durações do episódio de vida na rua diferentes, de modo a obter uma maior abrangência da população ou amostra a investigar.

Palavras – Chave: Sem-Abrigo, Exclusão Social, Desafiliação e Histórias de Vida

Abstract

This study, which theme focus on the homeless population, entitled “Identity and Disaffiliation: Homeless Life Stories” aims the narration, interpretation and analysis of life stories of individuals who are currently experiencing homelessness – or have experienced it at some point in their lives.

Knowing the inherent relation between Homelessness and Disaffiliation, it is intended, in a more thorough and informed manner, to understand what are the implications of Disaffiliation either in identity or in the life course of the homeless individual.

This research has a qualitative nature, in an exploratory type in the form of a biographical approach, was implemented with resource to biographical interviews applied at one of the Caritas Diocesana of Setúbal valences which intends to help or aid the homelessness of the city. After the interviews – method used to obtain the data or narratives, the life stories and life courses of the interviewees were narrated and, afterwards, analyzed and interpreted – content analysis with the aim of obtaining results.

Despite the plurality of population who attends this valence, whose profile varies according to the reality or social context of the country – nowadays, it is possible to observe the change in the profile of those who seek the help of the institution, and after delineating minute criteria, four male subjects of different ages and different durations of time on the street – homeless, were selected in order to obtain a broader coverage of the population, or sample, to be investigated.

Key-Words: Homeless, Social Exclusion, Disaffiliation and Life Stories

Índice

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - Sem-Abrigo, Exclusão Social, Desafiliação e Identidade	4
1.1. Sem-abrigo - conceptualização e caracterização do fenómeno	4
1.2. Da exclusão social à Desafiliação	12
1.3. O indivíduo e a Identidade	20
CAPÍTULO II – Metodologia de Investigação	27
2.1. Método de investigação	27
2.2. Técnicas de Recolha de Dados	29
2.3. Técnicas de Análise de Dados	30
2.4. Campo Empírico	31
2.5. Universo e Amostra	33
CAPÍTULO III – Apresentação Histórias de Vida – Estudos de Caso	34
3.1. Alexander	34
3.2. Pedro	38
3.3. Tiago	40
3.4. Luís	44
CAPÍTULO IV – Análise e Interpretação de Dados	48
4.1. Infância e Vinculação (Laços Familiares)	48
4.2. Ruturas e Desafiliação	51
4.3. Vida na Rua	54
4.4. Comportamentos Aditivos e Dependência	58
4.5. Identidade	61
CONCLUSÃO	66

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
ANEXOS.....	74
i. ANEXO I – Guião de entrevista	74

Glossário de Siglas

CAT – Centro de Acolhimento Temporário

ENIPSA – Estratégia Nacional para a integração de Pessoas Sem-Abrigo

ETHOS – European Typology on Homelessness and Housing Exclusion

FEANTSA – Federação Europeia das Associações que Trabalham com os Sem-Abrigo

ISS – Instituto da Segurança Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

RSI – Rendimento Social de Inserção

“Acreditamos numa identidade pessoal, única e separada mas, se tivermos coragem para a examinar, descobriremos que essa identidade depende inteiramente de uma infindável coleção de coisas que a suportam: o nosso nome, a nossa “biografia”, a nossa família, a casa, o trabalho, os amigos... É nesse apoio frágil e transitório que confiamos, para nossa segurança. Então, quando nos levarem tudo isso, faremos alguma ideia de quem realmente somos?”

Rinpoche (2001;34)

Introdução

A presente dissertação intitulada “ *Identidade e Desafiliação: Histórias de Vida Sem-Abrigo*” apresenta como objetivos a narração, interpretação e análise de histórias de indivíduos na condição de sem-abrigo. Especificamente pretende-se compreender quais as implicações da desafiliação quer na identidade da pessoa sem-abrigo quer no seu percurso de vida e, atendendo ao facto de todo o indivíduo possuir uma identidade própria e uma singularidade intrínseca, resultado das interações e relações – vinculações, que mantem com os restantes, pretende-se dar resposta à seguinte questão: qual o papel da desafiliação na identidade do indivíduo e no seu percurso de vida excludente ou sem-abrigo?

O interesse e conseqüente escolha por esta temática recai no facto de se tratar de uma problemática social atual – a exclusão, reconhecida e estudada desde há muito, sob forma extrema, a desafiliação sendo que tem existido desde sempre e persistido ao longo dos anos. Trata-se irrefutavelmente de uma temática de pertinência extrema para o Serviço Social, profissão e área de estudos que trabalha em prol da justiça social e da dignidade humana com o objetivo de atenuar, e tentar erradicar, as desigualdades existentes, que, de um ou outro modo, vão persistindo; considera-se então ainda mais plausível e pertinente o estudo e conseqüente aprofundamento de conhecimentos sobre esta mesma temática.

De acordo com Elias (1980;13) a sociedade tende a ser situada em confronto com o indivíduo, no entanto, é formada por indivíduos sendo nós mesmos um ser no meio de outros. Entre essas pessoas é possível encontrar aqueles que, de certo modo, perderam o sentido de cidadania, que deixaram de participar na vida da sociedade à qual pertence - excluídos, independentemente de esta o continuar a aceitar como cidadão. No entanto, analisar mormente cidadãos que perderam o sentido de cidadania seria erróneo pois a própria sociedade, e os sistemas sociais, não oferecem a todos os seus cidadãos as mesmas oportunidades sendo então, de certa forma, também em si excludente gerando ou acentuando desigualdades sociais.

Quando falamos em sociedades torna-se obrigatório, quase inevitável, falarmos em desigualdades. As desigualdades sociais, tal como o Mundo atual, encontram-se em constante mudança, existindo umas que se dissipam ou atenuam, outras vão surgindo ou tornando-se cada vez mais acentuadas, e ainda, outras persistindo ao longo dos anos. Se

as formas mais rígidas de desigualdade social desapareceram – ou foram moderadas – nas sociedades mais desenvolvidas, outras houve que emergiram e permaneceram. Embora sejam mais abertas do que quaisquer sociedades anteriores, as sociedades modernas, mesmo as mais desenvolvidas, encontram-se longe de poderem ser consideradas igualitárias nas oportunidades que oferecem aos seus membros. “As desigualdades sociais não só se interligam entre si, de modos variáveis, como se interligam com muitos outros fenómenos sociais, de diversos tipos, níveis, amplitudes e temporalidades” (Costa, 2012;2).

Tal como as desigualdades, também o fenómeno de pessoas em condição sem-abrigo tem perdurado ao longo dos anos, quer como resultado dessas mesmas desigualdades, quer por múltiplos fatores que as colocam em situação de vulnerabilidade e fragilidade extremas, por desafiliação – enfraquecimento dos laços sociais ou afetivos. Apesar da complexidade – e praticamente impossibilidade, em obter números concretos quanto ao número de pessoas que se encontram a viver na condição de sem-abrigo, tal como garante Costa (1998;77): “é difícil estimar o número de pessoas vivendo em situação de sem-abrigo”. Esta dificuldade advém do facto de se tratar de uma população itinerante ou flutuante, dispersa, com tendência a isolar-se, alguns indocumentados ou ilegais pelo que se encontram excluídos do sistema e dos dados estatísticos. Como tal, e apesar dos muitos estudos realizados, dos censos e dos planos implementados, é impossível ter um acesso a números ou dados concretos.

É certo que em tempos de crise – como o que Portugal tem vindo a experienciar nos últimos anos, as desigualdades acentuam-se e, conseqüentemente, aumenta o número de pessoas em situação de precariedade e / ou fragilidade logo, aumenta também o risco de tais pessoas entrarem em condição de sem-abrigo. Assiste-se neste momento a uma fase de indecisão onde se assiste ao planeamento e elaboração, e conseqüente implementação, de uma nova Estratégia Nacional Para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo visto a prévia ter sido findada.

O estudo foi desenvolvido na Cáritas Diocesana da Cidade de Setúbal – no Centro Social São Francisco Xavier, na valência ou resposta social “Tornar a Ser” uma das poucas instituições da cidade de Setúbal a dar resposta à população sem-abrigo da cidade, desenvolvendo como tal um papel fundamental no apoio a esta população. O perfil do utente ou de quem recorre à Instituição tem vindo a diferenciar-se ou alterar ao longo dos anos, para além da população sem-abrigo, o número de pessoas em situação de desemprego e cujas vidas são fortemente impactadas por isso, perdendo tudo e acabando na rua,

tem vindo a aumentar exponencialmente nos últimos anos. Não obstante a continuidade de problemáticas como saúde mental e adição – drogas e álcool, a prevalência recai na carência económica. Desta forma, considerou-se congruente desenvolver e aprofundar as questões da desafiliação exclusão social e qual o seu papel na identidade do individuo sem-abrigo.

O presente estudo encontra-se estruturado ou organizado por capítulos, sendo que no inicial, Capítulo I, é apresentada toda uma fundamentação teórica devidamente enquadrada com a temática estudada: o fenómeno / conceito de sem-abrigo é concetualizado e categorizado, analisando-se depois a exclusão social – e suas formas, bem como a desafiliação, por último, é apresentado e relacionado o conceito de identidade.

No segundo capítulo, aborda-se a metodologia da investigação e todas as respetivas etapas: campo empírico, método de investigação, o universo e a amostra, as técnicas de recolha de dados bem como as técnicas de análise dos mesmos.

No capítulo III procede-se a apresentação das histórias de vida elaboradas.

O quarto capítulo do presente estudo, diz respeito à análise e interpretação dos dados e apresentação dos resultados.

A investigação é finalizada com a apresentação da conclusão seguida pelas referências bibliográficas e anexos.

CAPÍTULO I – Enquadramento Teórico

1.1 . Sem-abrigo - conceptualização e caracterização do fenómeno

A existência de pessoas sem-abrigo, tal como as desigualdades, é um fenómeno que tem permanecido ou perdurado ao longo da história do homem. Analisando os termos pelos quais eram reconhecidos e / ou denominados nas sociedades mais antigas - vagabundos, pedintes, mendigos e vadios – termos depreciativos e discriminatórios com uma conotação negativa e estigmatizante, demonstram como eram então “vistos” na época. Saliente-se que este olhar e esta estigmatização subsistem nos dias de hoje. (Anderson e Snow, 1993; Menezes, 2012; Bento e Barreto, 2002).

Ainda que se trate de um fenómeno que tenha perdurado ao longo dos séculos, o termo / conceito sem-abrigo caracterizava-se quer pela inexistência de uma conceptualização unívoca quer de consensualidade relativa ao mesmo. Nesta ausência de consensualidade, a ausência de habitação ou falta de condições condignas da mesma apresentavam-se como fatores consonantes. No entanto, o conceito apresenta-se como ambíguo e complexo pois engloba fatores que vão muito além da ausência habitacional. (Menezes, 2012; Anderson e Snow, 1993; Rossi,1987; Bento e Barreto, 2002).

Este conceito tem sido agrupado com diversos termos que, de uma ou outra forma, procuram confinar os diferentes aspetos intrínsecos ao termo casa, aspetos físicos, psicológicos e sociais. Esses mesmos termos enfatizam duas condições sentidas como essenciais, ou identificadas pelos autores como tal, e necessárias ao facto de se encontrar estabelecido numa unidade habitacional: dispor de uma habitação e, de igual modo, nutrir de ligações afetivas fortalecidas e duradouras com outros indivíduos – laços (Baumohl e Huebner,1991).“ As definições oficiais de sem-abrigo tendem a basear-se em critérios de estilo de vida da pessoa, localização (onde permanecem), permanência de ocupação da habitação ou segurança da posse da habitação, qualidade da habitação e requisitos para apoios sociais; mas o uso de diferentes critérios em cada situação definição gera diferentes perspectivas sobre a situação de sem-abrigo, e afeta as políticas adotadas para lidar com o problema” (Tipple e Seak, 2005 *in* Ornelas, Miguel e Maroco, 2010).

A falta de consenso quanto a uma definição, quer a nível Europeu quer a nível mundial, do conceito de sem abrigo levou à criação, por parte do FEANTSA, de uma tipologia europeia de exclusão relacionada com a habitação – ETHOS, com o intuito de criar uma “linguagem comum” a nível Europeu (2005) sendo que a consensualidade foi encontrada com a criação desta mesma tipologia que foi desenvolvida tendo em consideração não só os diferentes contextos e especificidades (históricos, culturais, legais) de cada país Europeu mas também todas as diferentes condições sem-abrigo tendo em conta a relação habitacional. Segundo esta mesma tipologia, as pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo podem ser incluídos nas seguintes categorias:

- Sem Abrigo (pessoas que se encontram a viver na rua, dormir em alojamentos de emergência / albergues);
- Sem Alojamento (pessoas que se encontram a viver em alojamentos temporários ou alojamento acompanhado / assistido – em fase de inserção, para mulheres, para migrantes, que saíram de instituições);
- Habitação precária (Pessoas que vivem em condições precárias, em situação de despejo, vítimas de violência doméstica / abusos);
- Habitação inadequada (pessoas que vivem em locais provisórios que vão contra às normas sociais, alojamento que não é digno, situações de sobrepopulação grave).

Anteriormente à elaboração desta tipologia, a FEANTSA propunha que sem-abrigo “é aquela pessoa incapaz de aceder e manter um alojamento pessoal adequado pelos seus próprios meios, ou incapaz de manter alojamento com a ajuda dos serviços sociais” (*in* Munoz e Vasquez, 1998). No mesmo sentido, diversos autores reconheceram essa mesma necessidade e desenvolveram múltiplas tipologias com o intuito de melhor compreender este fenómeno e tentando alcançar uma consensualidade. A variedade de tipologias encontradas comprovam a multidimensionalidade e complexidade do fenómeno.

Munoz e Vasquez (1998) - partindo da definição do Conselho Europeu (1992) - sugerem que qualquer definição deve englobar as posições seguintes:

- Pessoas que vivam na rua;
- Se encontrem em alojamentos / refúgios temporários, sejam públicos ou privados;
- Se encontrem alojados em pensões, albergues, camaratas ou qualquer outro tipo de refúgio ou com amigos / familiares com quem se sentem obrigados a coabitar;
- Ocupam, legal ou ilegalmente, casas abandonadas, inseguras / sem condições, barracas;
- Residam em instituições, hospitais, estabelecimentos prisionais, hospitais psiquiátricos, hospitais, instituições de cuidados infantis – dos quais quando sair não tenha onde habitar;
- Possuam casa que, no entanto, não é considerada socialmente aceitável ou adequada.

Em Portugal é notória a ausência de uma definição legal do conceito de sem-abrigo (Menezes, 2012). No entanto, juridicamente sem-abrigo “é a pessoa que não possui o direito legal a uma casa” (Bento e Barreto, 2002). Como tal, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2009-2015) sugere a seguinte definição “considera-se sem-abrigo aquele que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontra sem teto, a viver no espaço público, alojado em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (ENIPSA, 2009-2015).

Já Miguel, Ornelas e Maroco (2010:) constatarem que “a situação de sem-abrigo é a condição de quem carece de residência fixa e adequada, e pode ser ocasionada por uma série de ocasiões como o desemprego, a falta de habitações de baixo custo, a guerra, a discriminação racial, a incapacidade física ou mental, mas também, pela combinação entre estes e outros diversos fatores”.

Existe algo comum a todas as tipologias ou definições: a ausência de habitação, no entanto o conceito vai muito além de estar desprovido de uma habitação, dotando-se de uma maior complexidade e envolvendo outras ausências e / ou carências – afetivas, familiares, económicas, emprego, saúde, sociais, aos quais se encontram associados uma (ou múltiplas) situação de rutura.

Para alguns autores o conceito sem-abrigo implica somente a ausência de uma habitação, de um refúgio físico, “ser sem-abrigo é, claramente, não ter acesso a uma unidade habitacional convencional de modo regular. A ambiguidade encontra-se no que constitui quer o acesso habitual e regular quer uma unidade habitacional convencional” (Rossi, 1987) ou “ falta de habitat mínimo que protegeria o ser humano do frio, do vento ou da chuva que da mesma maneira que a alimentação e / ou vestuário, assegura uma necessidade à sobrevivência humana” (Thomas, *in* Bento e Barreto, 2002).

Para outros autores, a ausência de habitação é uma consequência, ou resultado, de todo um percurso marcado por problemas relacionais ou sociais, nomeadamente fragilidade nos laços ou inexistência de laços afetivos / sociais logo a complexidade do fenómeno vai muito para além da definição – ou falta da mesma, do conceito. A própria população sem-abrigo caracteriza-se por ser uma população diversa, heterogénea apresentando-se de igual modo complexa e multidimensional. Existem diferenças não só entre os indivíduos sem-abrigo mas também nas circunstâncias – percursos, que os conduziram a tal situação (Snow e Anderson, 1993). Esta ideia defende a heterogeneidade e diversidade (Menezes, 2008; Snow e Anderson, 1993) e vem contrariar a noção geral, em muitos casos de senso comum, de que se trata de um grupo homogéneo, todos são iguais – mesmos percursos, causas e circunstâncias, pensamento que provoca frequentemente uma estigmatização desta população.

De facto, o fenómeno sem-abrigo trata-se de uma realidade partilhada com existência de semelhanças visíveis quer a nível de causas e de percursos individuais / pessoais (Menezes, 2012:4). No entanto, os percursos precedentes a esta condição, tal como os motivos que originam situações de rutura, são de facto dissemelhantes.

Snow e Anderson (1993:7) identificam três dimensões de sem-abrigo, que clarificam estas mesmas diferenças: residencial, suporte / apoio familiar e outra baseada na dignidade e valor moral. O primeiro (residencial) caracteriza-se pela ausência de habitação permanente e diz respeito ao termo “sem-abrigo literal, aqueles que pernoitam em abrigos temporários destinados a pessoas sem-abrigo ou em locais, privados ou públicos, não destinados a habitação”; a segunda consiste na presença ou ausência de suporte / apoio familiar – laços; a terceira dimensão diz respeito ao grau de dignidade e valor moral, e estigmatização, que se encontra associado às diversas categorias de sem-abrigo.

Já Toro (2007) na sequência de dois estudos realizados identifica três subgrupos de sem-abrigo: as pessoas sem-abrigo adultas e solteiras, os sem-abrigo jovens e as famílias sem-abrigo. Os jovens sem-abrigo caracterizam-se, na grande maioria, por terem fugido e / ou deixado as suas casas / famílias ou terem sido expulsos pelos mesmos, ou ainda, por a vida na rua ter sido uma realidade constante nas suas vidas – terem vivido sempre na rua; neste subgrupo englobam-se jovens com idade inferior a 21 anos. As famílias sem-abrigo, por sua vez, apresentam habitualmente uma mãe solteira que se encontra a viver na rua, com filhos menores de idade, por motivos distintos: corte dos rendimentos ou de alguns benefícios sociais, ordem de expulsão ou despejo da habitação, vítimas de violência doméstica ou ainda, a mais comum, pobreza extrema. (Toro, *in* Jesus e Menezes, 2010).

Anderson e Snow (1993) reconhecem que a realidade social, o mundo social, dos sem-abrigo se constitui da mesma forma que uma subcultura, ainda que não completa e com limites. As pessoas que fazem parte desta realidade social não o fizeram por escolha própria ou deliberada mas sim por força de circunstâncias pelas quais não possuem qualquer controle. Existe, no entanto, uma partilha de destino e do modo de se adaptarem e sobreviverem nas ruas.

Por outro lado, existem pessoas cujo percurso, precedente à desafiliação ou originárias da mesma, seja motivado ou impactado por problemas ou conflitos familiares originando uma rutura de laços afetivos, orgânicos, tratando-se a carência de habitação ou o abandono da mesma de “uma consequência do verdadeiro problema” (Costa, 1998:81). Estes conflitos e consequente rutura nos laços podem também surgir associados a conflitos identitários cuja “solução” ou necessidade intrínseca de resolução ou busca pessoal, passa pela liberdade. São vários os estilos de vida, ou subculturas que em muito se assemelham, se não em tudo idênticos, ao conceito de sem-abrigo; sem habitação fixa ou permanente, sujeitos a diversos fatores de risco, que pernoitam em locais públicos, sofrem de carências familiares, afetivas e económicas, sem laços sociais, que são de facto uma subcultura marginal sem habitação fixa e partilham percursos e muitos fatores multidimensionais semelhantes ou comuns aos de sem-abrigo.

Existe uma multiplicidade de fatores associados à situação / condição de sem-abrigo, estes mesmos fatores podem conduzir a que o indivíduo entre numa situação de risco e / ou fragilidade colmatando nessa mesma condição, ou na manutenção da mesma.

Nos fatores de ordem estrutural enfatizam-se particularmente as situações socioeconômicas - baixos rendimentos, pobreza; a exclusão social que, para além da situação socioeconômica, implica uma carência ou afastamento social.

Avramov (*in* Fernandes, 2006) reconhece que os motivos que originam a condição de sem-abrigo se encontram relacionados com as estruturas sociais, nomeadamente, as fragilidades quer a nível pessoal quer ao nível de relações familiares, estes mesmos motivos encontram-se envolvidos num intrincado sistema recíproco de motivos e efeitos ou consequências. Já a nível individual encontram-se as doenças mentais – perturbações do foro psiquiátrico, os handicaps educativos e / ou profissionais, a identificação cultural e a desafiliação (Bento e Barreto, 2002).

A saúde mental apresenta-se como um fator de extrema relevância, quase indispensável, quando abordamos a temática sem-abrigo sendo que a sua pertinência ou influência pode ser encontrada em qualquer uma das fases características do processo ou percurso.

A Organização Mundial de Saúde define saúde como “Um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de enfermidade ou doença” (OMS,1946). Da primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, que decorreu em 1986 na cidade de Ottawa, resulta a Carta de Ottawa cujo propósito - ou objetivo, passa pela promoção da saúde, para tal foram criadas as instruções para alcançar a Saúde para Todos no ano 2000 e nos seguintes. No mesmo documento são declarados os pré-requisitos para a Saúde, os requisitos e recursos básicos e indispensáveis para a saúde que passam por: paz, abrigo, educação, alimentação, recursos económicos, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade; de acordo com a mesma fonte “a melhoria da saúde decorre da garantia destas condições básicas”.

De acordo com a definição da OMS (2005) – organização mundial de Saúde, a saúde mental trata-se “do estado de bem-estar no qual todo o indivíduo percebe o seu próprio potencial, consegue lidar com as tensões normais da vida, consegue trabalhar de modo produtivo e frutífero e possui a capacidade de contribuir para a sua comunidade”. Logo, a doença mental é definida, pela mesma fonte, como “ o sofrimento, a incapacidade ou morbidade devido a desordens mentais, neurológicas ou de abuso de substâncias que podem ocorrer devido a condições genéticas, biológicas ou à composição psicológica dos

indivíduos tal como condições sociais adversas ou fatores ambientais”. Este conceito encontra-se incontestavelmente relacionado, e dependente, do bem-estar físico, social e mental, sendo que a mesma poderá ser afetada por uma diversificada variedade de fatores.

Pessoas portadoras de doença ou incapacidade mental apresentam-se, por diversos motivos, como uma população mais fragilizada e suscetível a situações de risco e rutura com diversos – ou até todos, os laços da “esfera” social. De acordo com a National Coalition for the Homeless (2009:), “a doença mental grave interrompe a capacidade do indivíduo levar a cabo aspetos essenciais da vida diária tais como cuidados pessoais e a gestão da casa”. A doença mental apresenta-se ainda como uma dificuldade acrescida no que diz respeito à socialização e criação e consequente nutrição dos laços afetivos ou sociais que dificulta a conservação de relações estáveis e duradouras, relações muitas vezes que funcionam como único impedimento ou fonte de apoio e barreira para que a pessoa não se encontre a viver na rua sob a condição de sem-abrigo. Segundo Bento e Barreto (2002) é estimado que das 3 milhões de pessoas que se encontram na condição sem-abrigo na União Europeia aproximadamente um terço sofra de doenças mentais.

Por outro lado, as condições extremas de vida experienciadas pela pessoa sem-abrigo tal como o isolamento e a perda de aptidões sociais, a incerteza e dureza da realidade de vida e todas as complicações e dificuldades associadas à vida na rua, são passíveis de desenvolvimento ou agravamento de patologias ou problemas mentais e dependências.

As dependências, intimamente relacionadas com a saúde mental, são outro fator que pode eventualmente conduzir a uma situação de fragilidade extrema e desafiliação contribuindo para uma situação de sem-abrigo e, tal como a doença mental, pode igualmente ser consequência da vida na rua. Baumohl e Huebner (1991) afirmam que a população sem-abrigo que padece de qualquer dependência – álcool ou droga, tende a experienciar momentos de maior dureza e piores, tanto na rua como nos abrigos temporários, do que a restante. Mais concretamente, padecem de um modo desproporcional, de graves problemas de saúde que podem surgir, ou ser agravados, devido à dependência. A população sem-abrigo dependente de álcool tende a apresentar, normalmente, um historial de episódios de vida na rua recorrentes e de longa duração tendendo ainda a ser, na sua grande maioria, sem-abrigo crónicos ao invés de episódicos. Já na população sem-abrigo dependente de drogas, agrava-se o risco de transmissão de patologias HIV / Sida e hepatite.

Neste sentido, Rivlin (*in* Menezes, 2008) categoriza os sem-abrigo tendo em conta o período de tempo da experiência de vida de rua e de logo o grau de vulnerabilidade podendo, como tal, ser identificados quatro modos e graus de sem-abrigo. O periódico, que pode ou não possuir casa mas que a abandona quando alvo de pressão e intensificação da mesma; o temporário, sofre um episódio único que a deixa em situação de fragilidade, como perda de emprego, desastres naturais, transição de comunidade e enfermidade grave sendo que as aptidões para conservar uma casa são preservadas; o crónico, frequentemente ligado a situações de dependência de álcool ou drogas e por fim, o total cuja capacidade de reintegração se torna extremamente complicada devido ao indício de trauma completo da desafiliação experienciada.

É possível identificar uma relação no que diz respeito ao tempo de rua e à capacidade de abandonar ou até mesmo procurar deixar esta situação ou condição sendo que, quanto mais prolongado for o episódio de vida na rua menores se vão tornando as possibilidades ou as capacidades de distanciamento de tal episódio e, naturalmente, de afastamento da vida na rua.

Costa (2007) observa os seguintes fatores de risco que, habitualmente, conduzem à situação de sem-abrigo, encontram-se ligadas os seguintes âmbitos: desemprego, saúde, conflitos familiares e sociais – relacionais (*in* Guadalupe e Gomes, 2011) e reconhece ainda, tal como Castel, que a condição de sem-abrigo resulta normalmente num processo de exclusão social que abrange complexidade visto encontrarem-se implicadas uma sucessão de ruturas nos serviços sociais básicos (mencionados anteriormente) e de pertença. Outros autores apontam ainda como fatores individuais, comportamentos aditivos e comportamentos de violência – como violência doméstica. Costa (2007) constata ainda que a condição de sem abrigo se trata de um dos modos mais extremos de exclusão social e / ou pobreza tratando-se de uma situação em diversos aspetos “paradigmática” devido à sua vasta heterogeneidade, uma vez que não é possível identificar dois percursos ou situações semelhantes, quer quanto ao percurso antecedente, como às diferentes necessidades ou carências, podendo, no entanto, existir traços idênticos.

Quando por algum motivo ocorre a desafiliação – ou por todo um conjunto de fatores que eventualmente culminam na quebra de laços, o percurso de vida do individuo irá, naturalmente, sofrer alterações. Sem laços afetivos ou familiares – laços de filiação, nem tão pouco laços de participação e participação orgânica – laços laborais, o percurso ex-

cludente, à margem da sociedade, adivinha-se um percurso de marginalidade, sem habitação fixa, sem-teto ou sem-abrigo. É certo afirmar que os sem-abrigo se encontram excluídos da sociedade, embora na maioria essa exclusão não seja total, visto tratar-se de uma população que experiencia uma série de privações e carências, quer seja sob forma de habitação, rendimentos, laços familiares, laços laborais culminando nos laços com a própria sociedade – exclusão e desafiliação.

1.2. Da exclusão social à Desafiliação

O conceito de exclusão social – que surgiu em França nos finais dos 70, apresenta-se igualmente complexo, quer quanto à sua definição – não existindo uma definição precisa, nem tão pouco um consenso entre os demais autores quanto à utilização do conceito ainda que nos últimos anos se tenha assistido a uma universalização do mesmo, quer quanto à sua multidimensionalidade. (Rodrigues, *et al*, 1999; Amaro s/d; Costa, 1998; Arruda, et al, 2014; Rodrigues, s/d). “O fenómeno da exclusão põe assim um primeiro problema de ordem epistemológica: é impossível delimitá-lo face à hiperescolha que existe, das fronteiras mais estreitas aos horizontes mais vastos” Xiberras (1993:22).

É comumente confundido com outros conceitos como pobreza, desigualdades, no entanto, apesar de se encontrarem profundamente relacionados, apresentam significados distintos.

Ao passo que o conceito de pobreza abrange uma perspetiva praticamente económica, carência de meios ou rendimentos, o conceito de exclusão diz respeito a um processo multidimensional de uma complexidade considerável que afeta não só os indivíduos e grupos como também o espaço público, a sociedade em geral. (Rodrigues, 2003). Pode afirmar-se que o conceito de exclusão social dá especial ênfase às relações que se encontram envolvidas com a carência, a privação, dando assim força ao entendimento do fenómeno da pobreza na qualidade de privação (Moller, 2000, cit. por Ramalho, 2011).

Goran Therborn afirma que nos tempos da pré-modernidade não existiam qualquer tipo de desigualdades, existiam sim diferenças - entre ricos e pobres, entre pessoas mais novas e mais velhas, nobres e escravos. E de que modo se distinguem diferenças de

desigualdades? O autor afirma que “as desigualdades se tratam de diferenças que consideramos injustas.” (...) i) uma diferença que constitui uma violação de alguma igualdade, de direitos humanos ou cidadania (...) ii) é uma diferença demasiado grande que limita as possibilidades de vida dos que se encontram em desvantagem (...) iii) segue numa direção errada dando vantagens injustas e não merecidas a alguns” (Therborn, 2006: 4).

A conceptualização de exclusão social, tal como a necessidade de determinar de um modo concreto do que se trata e quais os seus critérios ou padrões e, de igual modo, onde se encontra integrada ou introduzida, passa por, segundo Pinto (2001) “a importância deste conceito reside, principalmente, no fato de corresponder a um determinado problema social sobre o qual interessa atuar. É sobre ele que se elaboram políticas, e as políticas têm como objetivo melhorar as condições de bem-estar social de determinados grupos que se encontram privado ou em situação de carência” Pinto (2001:26).

O conceito desafiliação, pertencente à escola francesa, assumiu a sua primeira definição como “fase extrema do processo de marginalização e entendida como um processo descendente, ao longo do qual se verificam rupturas na relação do indivíduo com a sociedade” (Costa *in* Arruda, et al., 2014).

É notória a consensualidade quanto à multidimensionalidade do conceito. Encontrando-se fora dos denominados Serviços Sociais Básicos, uma vez que não está incluído ou integrado na sociedade, Costa identifica cinco domínios de exclusão: o social – comunidades, redes sociais, ou seja, respeitante aos laços sociais e da privação de relações. O económico – mercado de trabalho e rendimento, claramente relacionado com a falta de recursos económicos ou pobreza; o institucional – sistemas prestadores de serviços: justiça, educação, saúde; o territorial – contextos urbanos, exclusão do bairro / zona geográfica em relação ao desenvolvimento socioeconómico; e o das referências simbólicas – perda da identidade social, perda do sentimento de pertença na sociedade (*ibidem*).

Esta perda da identidade social origina, naturalmente, uma perda da identidade pessoal (Costa,1998:28), encontrando-se englobadas neste processo diversas formas de exclusão como o acesso ao emprego, cidadania e integração nos processos culturais comuns, quando combinados todas estas formas acentuam determinadas formas de exclusão que se manifestam de modo espacial em determinados bairros (Madanipout et al, *in* Byrne, 1999).

Por sua vez Moller afirma que a exclusão social pode ter lugar nos intermináveis subsistemas sendo possível experienciar quer os processos de exclusão, quer os de inclusão, sem ingressar numa condição de exclusão extrema (Moller,2001, *in* Ramalho, 2011). Quem se encontra em condição de exclusão não se encontra necessariamente à margem da sociedade, marginalizado, podendo sim dar origem a situações de marginalização (Menezes, 2012).

Castel (2014) mostra alguma cautela em empregar o conceito exclusão, ou excluídos, nos tempos mais recentes pois, para além do mesmo se ter generalizado, os tempos mudaram tal como os contextos – culturais, sociais e onde cada vez mais diferentes categorias da população se encontram em situação de exclusão - e, se excluído significa estar totalmente fora da sociedade, estar isolado, nos dias que correm ninguém se encontra em tal posição, excetuando algumas situações, às quais denomina “situações limite” como o caso das pessoas que se encontram na condição de sem-abrigo. O grande problema, de acordo com Castel, reside na precariedade e, numa época caracterizada pelo aumento de indivíduos ou de grupos “vulneráveis”, em situação de vulnerabilidade, que carecem de recursos e não conseguem assegurar a sua independência económica e social podendo, numa situação extrema, terminar numa situação de exclusão. É então necessário ter em conta e analisar todo o processo que conduziu à situação de exclusão e não nos conformarmos apenas pela utilização do conceito.

Como mencionado anteriormente, trata-se de um processo complexo e heterogéneo no qual se encontram coincidentes, ou concomitam, diversos fenómenos sociais como marginalidade, desemprego, a pobreza e a discriminação. (Costa, 1998; Rodrigues, et al.,1999) s/d; Xiberras, 1993; Pinto,2001).

A exclusão social traduz-se num processo complexo que despoleta sucessivas rupturas entre o indivíduo e a sociedade, caracterizadas pela existência de diversos tipos de vulnerabilidade, como o emprego, a educação, habitação, saúde e relações sociais. “Os excluídos não estão fora da sociedade mas estão implicados numa relação social cujos domínios lhes escapa. (...) Ser excluído é estar condenado a um lugar através de determinações económicas e ocupar uma posição afetada de negatividade social no seio de um conjunto de posições.” (Clavel, 2004:178). Podemos então afirmar que estar excluído ou em situação de exclusão, sucede quando o indivíduo não se encontra integrado socialmente – integração social. De acordo com Tönnies, é possível proceder à identificação de

duas formas de integração social, a comunidade e a sociedade ou associação. A comunidade diz respeito aos aspetos afetivos e emocionais; já a comunidade e / ou associação, é concernente à instrumentalidade e à razão. (Tönnies, *in* Pais, 2011).

Na sociedade atual atribui-se extrema relevância à atividade laboral como vetor principal de garantia de bem-estar e de qualidade de vida, como tal, o crescimento significativo das taxas de desemprego, bem como a ampliação das desigualdades sociais, apresentam-se como os principais problemas da sociedade atual podendo, por sua vez, originar a rutura dos laços sociais. Surgem desta forma diferentes grupos em situação de vulnerabilidade com características e necessidades específicas onde prevalece um forte sentimento de não pertença social, o que conduz, muitas vezes, à adoção de comportamentos transgressivos. Xiberras (1993) afirma que existem processos que produzem exclusão surgindo os mesmos como efeitos induzidos, externas aos próprios processos, sendo o desemprego um desses casos – desemprego de longa duração. O desemprego dá assim origem a uma outra população excluída.

“Porque os excluídos não são simplesmente rejeitados fisicamente (racismo), geograficamente (gueto) ou materialmente (pobreza). Eles não são simplesmente excluídos das riquezas materiais, isto é, do mercado e da sua troca. Os excluídos são-no também das riquezas espirituais: os seus valores têm falta de reconhecimento e estão banidos ou ausentes do universo simbólico” Xiberras (1993:19). De acordo com Clavel (2004), muitas vezes a própria sociedade urbana acaba por ser a causa de segregação de determinados indivíduos e/ou grupos sociais provocando diferenciações sociais e culturais partindo de matérias como o bairro, tipo de habitação / alojamento. A própria localização dos bairros, a organização dos espaços urbanos, demonstra as diferenças e divisões existentes entre classes ou camadas sociais, surgindo assim notoriamente sinais de exclusão, criando assim uma exclusão espacial. A exclusão espacial – e as leis de exclusão espacial, estão dirigidas a indivíduos por quem são e não pelas ações que possam ter cometido (Bancroft, 2012).

O próprio termo exclusão remete-nos, à partida, para a ideia de não inclusão, estar fora ou não pertencer a algo logo é um fenómeno resultante ou que surge do modo como a sociedade se encontra organizada ou do seu próprio funcionamento. Para alguém se encontrar socialmente excluído torna-se perentório afirmar que se encontra excluído da sociedade, não pertencendo ou não sendo reconhecido como cidadão. Quiçá a diferença

possa ser encontrada nas oportunidades que a sociedade presenteia talvez sejam - à partida, estas mesmas oportunidades diferentes ou desiguais e logo excludentes para determinados indivíduos sendo desde logo notória as disparidades persistentes a nível social e a incapacidade de atingir – ou garantir, a equidade social.

Por outro lado, quando em situação de fragilidade extrema ou de risco, as próprias respostas apresentadas talvez possam não ser adequadas e benéficas para todos ou tenham o mesmo efeito positivo conseguindo satisfazer de igual modo a mesma necessidade para diferentes indivíduos – Estado Providência. Ou pode ainda suceder que, todo o percurso antecedente a tal situação seja já em si um percurso de ruturas sucessivas, fragilidade e / o pobreza / carência, sendo que possa existir, evidentemente, uma lacuna ou carência de resposta por parte da sociedade.

“Existem assim formas de exclusão visíveis e outras apenas perceptíveis, porque não excluem nem materialmente, nem simbolicamente: os excluídos estão simplesmente ausentes ou invisíveis” (Xiberras, 1993:19). Desse modo, o conceito de exclusão social encontra-se correlacionado com o conceito de cidadania.

Moura (2013) afirma que o conceito de cidadania engloba uma combinação de comportamentos e representações. As representações relacionam-se com o facto de o cidadão fazer parte de uma sociedade política organizada em termos definidos onde são partilhados valores estabelecidos e a qual advém – através da participação, uma identidade coletiva através da consciência coletiva. Já Mozzicafreddo (2000) afirma que desta mesma situação, provém um vasto leque de direitos e deveres / responsabilidades entendida como o vínculo político-jurídico. Esta ideia de vínculo político-jurídico, nas sociedades mais modernas, resulta da do facto de o indivíduo pertencer, ser membro, de uma comunidade política logo encontra-se legalmente capacitado para participar, de modo ativo, na prática do poder político por intermédio de atos eleitorais. Esta faculdade formal surge aquando a atribuição - por parte das entidades singulares, de um estatuto legal ao indivíduo no qual o mesmo se divide compondo deste modo a sociedade.

A ampliação do conceito da classe de cidadão, transversalmente à organização social, exprime assim a igualdade, de acordo com a lei, de todos os cidadãos, indivíduos. Como afirma Amaro: “A conceção de indivíduo não está desligada das origens de ideia de cidadania, entendida no sentido do livre arbítrio, da capacidade de ser detentor de propriedade privada e da possibilidade de se conduzir a própria vida” (2012;1). Logo, quando

tal não ocorre, e o indivíduo, por qualquer motivo, não se encontra incluindo, encontrando-se em situação de exclusão, essa mesma igualdade bem como a eventualidade de o mesmo poder apresentar-se como o condutor e diretor da própria vida são inexecutáveis.

Marshall entendia a segurança social como um efeito da evolução gradual dos direitos de cidadania juntamente com o desenvolvimento das sociedades industrializadas. O século XVIII, segundo o mesmo autor, foi a época da aquisição dos direitos civis, onde se incluíam a liberdade de expressão, religiosa ou de pensamento, o direito à propriedade e o direito a um trato legal ou jurídico equitativo. No século seguinte, alcançaram-se os direitos políticos, como o direito ao voto, o direito de exercer funções políticas, tal como a participação no sistema político. Por fim, os direitos sociais, adquiridos no século XX, direitos reconhecidos com o Estado Providência, direito à segurança social e económica por intermédio da prestação de cuidados de saúde, da educação, pensões e ao alojamento. Estes – direitos sociais, ao serem integrados no conceito de cidadania, representou o fato que qualquer cidadão passou a usufruir do direito a uma vida plena e ativa com a obtenção de um rendimento razoável não obstante a sua posição ou estatuto social. Os direitos de cidadania social foram pioneiros no objetivo de igualdade para todos. (Marshall, in Giddens, 2004).

De acordo com Mozzicafreddo (2000) existe uma componente social da cidadania composto por direitos respeitantes ao bem-estar, quer social quer económico, que vão desde a segurança social até ao direito de igualdade no nível de acordo com os padrões normativos que prevalecem na sociedade. Estados Providência são Estados onde o Governo exerce um papel fulcral na redução de desigualdades entre os seus cidadãos recorrendo à provisão ou subsídio de determinados serviços e bens. Segundo Giddens, a Providência tem como principal objetivo “ (...) contrariar os efeitos negativos do mercado em pessoas que, por uma variedade de razões, lutam por satisfazer as suas necessidades básicas (...) ” (Giddens, 2004), pessoas que, por algum motivo – desemprego, incapacidade, doença, se encontram em situação de risco ou fragilizadas.

Podemos então concluir que é notória a existência de um consenso quanto à presença de um fator comum a todas as diferentes formas de exclusão, a desafiliação ou rutura de laços, o empobrecimento ou enfraquecimento do laço social. “O ponto comum a estas múltiplas formas de exclusão parece residir na rutura de laços que elas acarretam, diretamente ou a mais longo prazo” (Xiberras, 1993:32).

Castel define exclusão social como a fase extrema do processo de marginalização – este é entendido como um trajeto decrescente ao longo do qual se vão verificando ruturas contínuas na relação do indivíduo com a sociedade, sendo o ponto de maior relevância a rutura relativa ao mercado de trabalho – traduzida em desemprego. Uma fase mais extrema corresponde à desafiliação cujo autor caracteriza como situações onde o indivíduo deixa de fazer parte, ou de estar vinculado ao universo do trabalho ou a redes sociais mais vastas. Deste modo, o autor distingue assim quatro estágios de exclusão social: integração, vulnerabilização, a assistência e a desafiliação. Ao estágio de desafiliação associa-se muitas vezes o “vagabundo”, a pessoa que além de não trabalhar se encontra afastado de todas as redes de sociabilidade, não tem apoio relacional / familiar; sem-abrigo, que não é reconhecido e se encontra rejeitado.

O mesmo autor admite existir risco de desafiliação quando “o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e assegurar a sua proteção” (Castel, 2003).

A condição de sem-abrigo retrata o estado extremo de exclusão social e de situação de desafiliação. “São frequentemente indivíduos excluídos, que viveram a experiência de uma queda e se encontram numa situação de isolamento, particularmente aqueles que vivem na rua há mais tempo. São proeminentes os indivíduos em situação de desafiliação máxima, no sentido de não apresentarem inclusão via serviços sociais ou laboral, não obstante estabelecerem relações sociais no seu dia-a-dia” (Menezes,2012:42)

Amaro e Oliveira (2010) apresentam, após análise de diversas histórias de vida, dois rumos distintos que colocam os indivíduos em situação de desafiliação. Num desses rumos o indivíduo desde cedo é familiarizado com uma série de problemas que os posiciona em situações de fragilidade, vulnerabilidade, privação e sofrimento. Quando deparados com estas problemáticas, com este cenário desintegrador, está presente uma falta de motivação que estimule capacidades e incremente as oportunidades. No segundo rumo, não existe qualquer tipo de problemas de especial importância ou que possam desenvolver situações de vulnerabilidade durante a infância dos indivíduos. Ocorre sim um incidente negativo – como rutura familiar, falecimento de um membro da família ou situações de doença, que irá forçar uma rutura contínua que termina no isolamento social.

Autores como Bahrs (1973, *in* Ramalho, 2011) e Castel (2014) defendem que a desafiliação, a condição ou o processo, nunca é completa pois mesmo os indivíduos que se encontram em situação de sem-abrigo – situações limite, apesar de aliarem determinadas culturas, traços, próprias da situação, preservam também múltiplas características das culturas, grupos de inclusão anteriores e, para além disso, nunca se encontram totalmente excluídas ou marginalizadas pois, apesar das circunstâncias, desenvolvem redes, não sociais ou relacionais, mas contactam e interagem com os técnicos e serviços e outras pessoas que se encontram em situação semelhante. Estas relações, ainda que esporádicas, tornam-se efetivamente na única vinculação que experienciam enquanto nessa condição.

O processo de desafiliação envolve sem dúvida, de uma ou de outra forma, uma rutura ou várias) nos laços sociais. De acordo com Paugam os laços sociais “são múltiplos e de natureza diferente, mas todos eles fornecem aos indivíduos simultaneamente a proteção e o reconhecimento necessários à sua existência social” (Paugam, 2009). Faz ainda a distinção entre quatro tipos de laços sociais (*ibidem*):

- Laços de filiação (alusivos aos laços familiares que podem ser compreendidos como laços de proteção. Estes laços desempenham funções ao nível da socialização e da construção da identidade);
- Laços de participação (laços de socialização fora da família, relativa aos grupos de pertença e respetiva escolha, quando ocorre uma rutura neste tipo de laços surge um risco de isolamento relacional, potenciando uma rejeição do grupo de pertença e um conseqüente sentimento de rejeição e abandono);
- Laços de participação orgânica (relativos aos laços estabelecidos na vida profissional que facultam o reconhecimento social relativamente às funções que desempenha, quando ocorre uma rutura nestes laços geram-se sentimentos de improdutividade e humilhação social, é na maioria das vezes uma rutura fulcral nos processos de vulnerabilidade e, se ocorrer, exclusão social);
- Laços de cidadania (laços estabelecidos entre os elementos de uma comunidade política que beneficia a proteção dos direitos- sociais, civis, político, laços que reconhecem o indivíduo como cidadão e que lhe garantem igualdade.

Para Filhol (*in* Kemper; 2013;109) a filiação, os laços, são considerados como pilar da identidade de acordo com as experiências de vida, da história contada, da reciprocidade familiar – da herança familiar, e é desta mesma herança e cultura familiar que vai condicionar o nosso lugar de pertença que origina a nossa identidade. O indivíduo na condição de sem-abrigo, após desafiliação – rutura de laços, exclusão extrema, vê-se privado deste pilar identitário logo questiona o seu lugar, a sua identidade, a sua essência, do seu eu que conhecia – e que era reconhecido; pode assim suceder-se o conflito identitário ou a refração da mesma, tem de se reencontrar e, aceitar-se no fundo, nesta nova e inesperada condição, neste percurso.

A exclusão social representa, ou exprime, uma desagregação de diversos níveis sociais, nível social, económico, cultural, institucional, político e comunitário, ou seja, provoca uma desafiliação no que diz respeito à sociedade visto não ser reconhecido o seu lugar ou papel na sociedade (Castel, cit. *in* Amaro, 2001).

Este não reconhecimento - não reconhecimento dos outros e de si mesmo tal como a transição para uma nova e, até então desconhecida, condição – sem-abrigo, implica uma adaptação a essa mesma condição e, conseqüentemente, uma adaptação a uma nova identidade ou papel social. Esta transição pode efetivamente ser assinalada por mais uma perda, num percurso de sucessivas ruturas e perdas – desafiliação, pode dar-se a perda das referências simbólicas, das referências identitárias fundamentais para fomentar o sentimento de pertença e a construção do eu, perda da identidade social e concludentemente uma privação da identidade pessoal como torna-se fundamental aprofundar o conceito de identidade.

1.3. O Indivíduo e a identidade

Segundo Conde (2011) a identidade apresenta-se como uma interpretação ou significado de sentidos diversificados presentes nos mais variados paradigmas, linguagens, referências que vão desde as ciências sociais até aos mass media, política e o quotidiano.

Passível de ser entendida como o combinado ou conjunto de particularidades que reconhecem ou identificam um indivíduo, particularidades estas que englobam fatores

identitários sociais e culturais, podemos então afirmar que a identidade resulta da interação entre o “eu” e a sociedade; o “eu” mantém a sua essência sendo no entanto formado e / ou modificado num processo de constante interação com os mundos culturais do exterior e as várias identidades que oferecem (Hall, 1996).

De acordo com um dos três conceitos sociológicos de identidade apresentados pelo mesmo autor, a identidade atua como elo de ligação entre o mundo pessoal e o público. O indivíduo projeta-se nas diferentes identidades culturais e, à medida que vai interiorizando os seus valores e significados, assimila-os tornando-os assim parte de si, proporcionando deste modo, o auxílio essencial ao aprumo dos seus sentimentos subjetivos com os lugares que ocupa na esfera social e cultural. No entanto, a ideia de que a esfera social e cultural se encontra alinhada com o próprio indivíduo, tratando-se de características distintas tendo em conta o facto que ambas se encontram unificadas e previsíveis, considera-se algo obsoleta.

Mais recentemente, tem sido argumentado que o indivíduo não possui uma identidade fixa, imutável ou permanente, pelo contrário, esta é formada e transformada constantemente de acordo com o modo como este se representa, ou é representado, nos sistemas culturais onde está inserido; é definida historicamente e não biologicamente (Hall, 1996).

A identidade é assim mutável – podendo o indivíduo assumir diferentes identidades em momentos distintos.

Segundo Calhoun - citado por Castells (1999) - compreende-se por identidade a origem de prática / experiência e significado de um povo, “ Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida. O autoconhecimento - invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido de modos específicos pelos outros” (Calhoun, 1996: 9-10). Por sua vez, Castells (1999) afirma que a identidade consiste num processo de formação e atribuição de significado tendo por base uma qualidade cultural, ou um conjunto de múltiplas qualidades culturais interrelacionadas que predominam sobre diferentes fontes de significado. Um determinado indivíduo ou um ator cole-

tivo pode possuir múltiplas identidades. Cada indivíduo possui uma pluralidade de identidades e, de certa forma, o mesmo se pode afirmar para certos grupos ou comunidades se considerarmos os múltiplos – o conjunto, de pontos de referência. (Conde, 2011:14).

No entanto, essa idoneidade de transformação e pluralidade identitária pode propiciar a origem de tensões ou antagonismos identitários quer ao nível da autorrepresentação, quer na ação social. Passível de ser confundida com papel social, torna-se perentório clarificar a diferença, se a identidade organiza significados, significados resultantes do modo como o indivíduo se vê a si mesmo e como é percebido pelos outros, o papel social determina funções e resulta as interações sociais.

De acordo com Giddens a identidade passou a ser global ao invés de ser apenas local – ou apenas relaciona com grupos locais e afirma que a autoidentidade tornou-se num problema moderno com origem no individualismo ocidental. As condições de vida modernas / contemporâneas aumentaram a oferta e a variedade de escolhas para o indivíduo, logo, cada escolha ou decisão tomada no dia-a-dia contribui para uma alteração – dando como exemplo os estilos de vida – dos hábitos e, conseqüentemente, para a reformulação do eu.

É consensual entre autores, que a identidade é pessoal e social; social pois apesar ser intrínseca - ainda que construída, é amplamente influenciada por processos sociais e de socialização. Existe então uma oposição entre o lado individual e o lado social, esta oposição pode ser entendida através da distinção entre identidade pessoal e identidade social. Ambos os conceitos assentam na ideia que todo o indivíduo é definido por características sociais através das quais podem ser observados quais grupos ou categorias dos quais faz parte e, por outro lado, características pessoais mais singulares distintas - idiossincráticas. Estas características definem a identidade social de um indivíduo, no entanto, a pertença a um grupo ou ser atribuída uma categoria social são as mais importantes. (Deschamps e Devos, 1998:3). Os grupos que, segundo Machado Pais (2011), se afirmam através de comportamentos que procuram não só manifestar mas também validar identidades. Deste modo, as identidades grupais interligam-se com as identidades pessoais através de normas de identificação representativas o cruzamento do “eu” com os “outros” em comparação com os restantes, os de fora, que são vistos como “eles”.

De acordo com Conde “as dimensões idiossincráticas de um indivíduo não podem separar-se do ambiente social, e ainda, de um mundo interior acessível através introspeções da psicologia, psicanálise e de outros pontos de vista, até mesmo biológicos” (2011:13). Inegavelmente, os que nos rodeiam são fundamentais no processo de construção identitária visto adquirirmos consciência de nós através das relações de alteridade estabelecidas com os demais. (Vieira, 2009).

O papel dos outros na construção, e até afirmação, identitária pode também ter efeitos negativos e, por vezes, nefastos para a identidade do indivíduo. Quando a singularidade intrínseca e única de cada pessoa não é aceite, quando não corresponde às expectativas ou exigências do meio que o rodeia e conseqüentemente exige a pressão para reprimir a sua singularidade, ou apenas quando não se sente aceite, podem surgir conflitos identitários que suscitam sentimentos antagónicos, ainda que a identidade seja mutável e se encontre um processo de construção constante, estes conflitos surgem maioritariamente quando confrontados com os outros.

A identidade pessoal, ainda que não possua uma definição consensual, encontra-se relacionada com as características e atributos individuais que tornam cada pessoa única e diferente dos outros e que é explicativa da sua singularidade. É através da identidade pessoal que nos consciencializamos e temos a perceção da nossa própria diferença, da nossa diferença em relação aos outros. “A identidade pessoal é o que nos torna semelhantes a nós próprios e diferente dos outros” (*ibidem*). Esta ideia de semelhanças e diferenças pode, de facto, tornar-se confusa. Contrariamente à personalidade, a identidade pessoal possui uma dimensão essencial inacabada ou incompleta, encontrando-se assim a identidade em permanente construção e reconstrução – um processo e não uma essência (Hall,1996;Vieira,2009), “tratando-se assim de um processo complexo e dialético, é uma reconstrução permanente, flexível e dinâmica, é uma constante reestruturação – constante metamorfose – para um novo todo” (Vieira, 2009; 38).

Numa época onde a identidade já não depende do estatuto do social ou somente da pertença a um certo local ou rede de sociabilidade mas, em contrapartida, se tem vindo a tornar, de um modo progressivo, mais “dependente” dos papéis sociais representados na sociedade, a singularidade representa de igual modo um papel de extrema importância no que à aceitação e inclusão diz respeito. No caso da condição sem-abrigo, as representações inerentes a tal condição apresentam-se – maioritariamente, como representações depreciativas – nomeadamente estigmatização, sendo que tais representações negativas

podem terminar interiorizadas pelo indivíduo influenciando a sua identidade e a imagem de si mesmo – confiança, auto – estima.

Em contextos pré-modernos, as identidades eram construídas consoante o local e, para se ser alguém, era necessário estar-se incluído ou integrado numa rede de sociabilidade e de pertença local – pertencer a determinado sítio (Stoer, 2004). Quem não pertencia a essa rede de sociabilidade ou não pertencia a sítio algum, não possuía identidade – ausência de identidade. Em oposição, na época moderna a identidade tornou-se em algo construído, esforço individual. As identidades, quer pessoais quer coletivas, afirmam-se de acordo com a organização estatal e nacional das sociedades. A identidade dos indivíduos e dos grupos passa pela representação de papéis sociais e das funções conexas a determinadas necessidades sociais. Tudo o que possa por em causa a sociedade nacional ou que desafie as normas sociais é posto em situação de exclusão; “ser alguém é afirmar a sua diferença e agir socialmente a partir dela. Ser excluído, em compensação, é não assumir essa diferença específica e, em muitos casos, ficar condenado à condição de despossuído, despossuído de identidade e dos potenciais que permitem a reclamação” (Stoer, 2004). Já nas sociedades modernas, de acordo com Vieira (2009), a sociedade tem uma relevância ou importância inferior na definição das identidades uma vez que disponibiliza apoios que simplificam o labor individual de encerramento em si.

Reconhecidas as dimensões quer pessoal quer social da identidade, sendo que o reconhecimento, não só dos que rodeiam o indivíduo mas também o reconhecimento que o mesmo tem de si, se apresenta como modo de identificação ou fator identitário pode suceder-se o conflito. Este conflito identitário suscita sentimentos idiossincráticos exteriorizados de formas distintas; sentimentos de exclusão ou de não pertença ao grupo familiar e / ou social – nos meios que frequenta, e isolamento, busca de uma identidade grupal, padrões ou normas com as quais se identifique ou na qual se sinta incluído; podem ocorrer processos de afirmação pessoal – afirmação da identidade pessoal. Quando numa posição vulnerável e de estigmatização, condição de sem-abrigo, estas mesmas dimensões identitárias podem tornar-se contraditórias e originar conflitos ou mudanças identitárias pois o modo como o indivíduo se vê, os valores atribuídos a si mesmo, ao eu podem convergir ou ser contraditórios ao modo como é visto pelo outro, ou ao significado que os outros lhe atribuem.

Entendendo a identidade como um processo contínuo e infundável resultado da fusão entre as interações que mantemos com os outros, uma troca de influências, tal como

o mundo que nos rodeia, as experiências vividas, e a singularidade, o traço (ou vários) que nos tornam únicos e distintos dos demais. Logo, o modo como agimos e reagimos quando confrontados perante qualquer situação, quer seja de fragilidade, vulnerabilidade, pressão ou censura, difere de pessoa para pessoa, tal como as implicações que tais acontecimentos terão nas passíveis transformações identitárias.

A identidade encontra-se intimamente influenciada pela relação do eu – self e com os outros, com a pertença logo no percurso de vida jamais poderá permanecer imutável dado que os grupos de pertença, os meios sociais, as próprias práticas sociais, culturais e pessoais, os contextos e redes sociais vão-se quebrando e transformando durante todo o percurso. Uma trajetória ou percurso de vida tão pouco é estável ou imutável, pelo contrário, é marcado por acontecimentos, mudanças, transições, e a própria narrativa ou trajetória de vida encontram-se irrefutavelmente vinculadas à identidade, à construção e ou reconstrução da mesma, Giddens (*in* Fernandes, 2006) “a identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento, nem – por muito importante que o sejam -, na relação dos outros, mas na capacidade de manter a continuidade de uma narrativa”.

Os percursos pessoais são marcados por transições e, como tal, a perspetiva do percurso de vida compreende estas transições como “stagelike” uma vez que todas as pessoas experienciam um indeterminado número de transições ao longo da vida, ou alterações no status (Hutchinson, s/d). O indivíduo sem-abrigo, para além do percurso de vida marcado por uma sucessão de transições e ou situações de fragilidade e / vulnerabilidade, ou pelo contrário, por um acontecimento único que desencadeia uma série transições ou alterações que o possam conduzir a tal situação, encontra-se perante um novo “papel”, uma nova identidade, que não reconhece nem é reconhecido pelos outros. Todos os momentos de transição implicam uma readaptação a um novo papel social e uma adaptação identitária – mutabilidade da identidade; esta sucessão de transições, ruturas, papéis tem obviamente implicações na identidade do indivíduo sendo que pode surgir o conflito identitário e o não reconhecimento próprio, a não-aceitação do eu perante tal condição.

Atendendo às características individuais ou particularismos de cada pessoa, características intrínsecas componentes da identidade pessoal e tendo em conta o facto de o indivíduo ter a possibilidade de assumir identidades distintas em momentos ou fases de igual modo distintas – identidade é mutável e sendo possível existirem identidades contraditórias – conflitos identitários ou, de certa forma, identidades não resolvidas. Transi-

tando para uma condição – ou categorização, altamente estigmatizada e repleta de carências e sucessivas ruturas, a transformação identitária pode não se coadunar com o eu e suas especificidades ou particularidades originando conflitos e transformações identitárias – como definitivamente alterações na personalidade da pessoa, não se reconhecendo a si mesma.

Reconhecendo-se então que todo o indivíduo possui características inatas ou intrínsecas que o distinguem dos demais, características fundamentais da identidade pessoal, e considerando ainda a capacidade que o indivíduo possui em transformar-se – no que à identidade diz respeito, assumindo identidades distintas em momentos e / ou situações distintas, metamorfose identitária, e atendendo às especificidades e complexidades inerentes à condição de sem-abrigo, um percurso de privações e vulnerabilidade extrema aliadas às arduidades que a vida na rua implicam. Uma condição imensamente assinalada pela solidão e isolamento, bem como pela ausência de apoio e não reconhecimento resultado da desafiliação e escassez, ou total ausência, de vinculações, um processo de extrema complexidade precedente de todo um percurso de fragilidades vinculativas e afetivas, carências e vulnerabilidade que pode culminar na transição para a condição de sem-abrigo que, como já foi demonstrado, ultrapassa em muito a ideia simplista de se tratar unicamente de uma ausência ou carência habitacional.

Tratando-se o indivíduo de um ser social cuja identidade, independentemente das suas características intrínsecas e diferenciadas de todos os outros, é imensamente influenciada pelas interações e trocas mútuas e, sendo nessas mesmas interações que obtém o reconhecimento indispensável, quando em situação de desafiliação, e particularmente na condição de sem-abrigo, é de esperar que, dada a mutabilidade identitária, ocorram transformações identitárias que possam ou não ser interiorizadas pelo indivíduo – conflitos identitários.

CAPÍTULO II - Metodologia de Investigação

O presente capítulo propõe a apresentação da metodologia escolhida, de acordo com o tema e objetivos previamente expostos, através da definição do campo empírico, método de investigação, técnicas de recolha de dados e técnicas de análise dos mesmos.

2.1 Método de Investigação

De acordo com Lakatos e Marconi (2003,83) o método: “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido detetando erros e auxiliando as decisões do cientista”.

Como mencionado anteriormente, o presente estudo apresenta-se como uma abordagem biográfica de natureza qualitativa, do tipo exploratório num modelo indutivo. A natureza qualitativa uma vez que “os fenómenos humanos, visíveis ou latentes, não são por essência qualificáveis. Crenças, representações sociais, formas de relacionamento com o outro, estratégias usados em face de situações problemáticas, são factos humanos e, para serem entendidos, implicam a presença humana e a capacidade de empatia”. Logo, não podemos avaliar segundo os padrões da investigação científica clássica, o valor dos resultados conseguidos. (Vieira, 1999:39). Visto os resultados obtidos se encontrarem intimamente sujeitos, ou advêm da subjetividade e do íntimo do indivíduo, uma vez que se tratam de fenómenos humanos, a sua compreensão implica todo um processo – trabalho de campo e observação, bem como as entrevistas em si, dependente do contacto humano e, quando tal acontece, é inevitável e indispensável o desenvolvimento de empatia, a capacidade de compreender – e respeitar, o outro, as suas emoções e experiências vividas, ainda que por nós desconhecidas, de modo a criar a abertura necessária e benéfica para a partilha. Deste modo, a natureza qualificativa “foge” aos padrões da investigação clássica visto não poder existir o distanciamento característicos sendo fundamental o envolvimento com o campo empírico e universo de estudo.

Já Fortin (2009) refere que o recurso a um método de natureza qualitativa por parte de um investigador permite a observação, descrição, interpretação e avaliação tanto do

fenómeno como do meio ou contexto, do modo como se apresentam sem procurar de modo algum controlar ou manipulá-los.

Uma investigação do tipo exploratório pois, segundo Lakatos e Marconi (2003), tratam-se de investigações empíricas cuja finalidade passa pela conceção de uma problemática ou de questões que apresentam um conjunto de três finalidades, o desenvolvimento de hipóteses, familiarizar o investigador com um ambiente, fenómeno ou facto – ou torná-lo mais familiarizado para uma possível investigação futura, e por fim, alterar e esclarecer, clarificar, conceitos. Modelo indutivo visto partir-se de uma fenómeno concreto se pretende alcançar uma resposta mais abrangente, partindo-se da análise de casos de um número considerável, devidamente selecionados, e de algo particular pretende-se atingir uma resposta e maior amplitude que os casos particulares selecionados, uma universalização como afirma Freixo (2009) o modelo indutivo defende a ideia de que a investigação deve iniciar-se através de uma observação com o intuito de, no final do estudo ou de todo o processo, seja possível a composição de uma teoria, logo, o pensamento indutivo é realizado do particular para o geral.

Recorrendo ao método biográfico que, como afirma Lechner (2014), “a pesquisa biográfica serve este duplo propósito analítico de dar a conhecer as formas de vivência e interpretação concretas de quem se conta, por um lado, e o significado social e político dessas mesmas experiências privadas (as narrativas biográficas) e tentativa de conhecimento coletivo (a pesquisa com e sobre essas narrativas)”, sob forma de história e percurso de vida, através do estudo de caso cujo ponto forte segundo Yin (2009), é justamente o facto de possuir uma habilidade de empregar as mais diversas provas ou dados. O método biográfico foca-se no indivíduo e na sua unicidade, singularidade, como tal, pode ser apresentado sob forme de histórias de vida.

Quando intencionamos equacionar o método / trabalho biográfico em termos operatórios, mantendo todos os polos de possível interesse, o mais apropriado, segundo Conde (1993;213) é “organizá-los integrada e encadeadamente segundo os vários planos em que se põem quando se tem em mente a realização prática de uma biografia”. Vieira (1999) assegura que as histórias de vida tornaram-se populares, um costume, nas Ciências Sociais e Humanas numa altura em que as mesmas se orientaram pela procura “de objetividade na subjetividade das metodologias qualitativas”. “As histórias de vida não constituem de modo algum um inquérito verificatório, não visam nem estabelecer leis, nem

provar hipóteses; têm como função recolher testemunhos, elucidá-los e descrever acontecimentos vividos” (Poiriei, 1995 *in* Vieira, 1999). Podemos compreender as histórias de vida como “portadoras” de um duplo propósito: compreender determinado fenómeno sem o intuito de o delimitar ou restringir a determinada hipótese e entregando ao narrador a possibilidade de expor a sua biografia e interpretar e descrever essa mesma narração valorizando a sua singularidade e realidade.

2.2. Técnicas de Recolha de Dados

Existe toda uma multiplicidade de procedimentos possíveis para a concretização da recolha de dados alteráveis de acordo com a tipologia de investigação ou as circunstâncias (Lakatos e Marconi, 2003) e dado que com a presente investigação se pretende dar resposta às questões de investigação previamente apresentadas, pretende-se, para tal, um envolvimento com o campo empírico e respetiva realização de trabalho de campo, recorrendo ao estudo de caso e ao método biográfico - nomeadamente análise de histórias e percursos de vida sendo que a recolha de dados será feita com recurso a entrevistas semiestruturadas de carácter biográfico e conversas informais.

Como mencionado anteriormente, para recolha de dados irei recorrer ao método da entrevista biográfica. Uma vez que se pretende analisar o percurso de vida da pessoa entrevistada e, de certa forma, analisar o sentido que a própria atribui aos acontecimentos – a sua interpretação, e conseqüente reconstituição da sua história, acontecimentos passados e experiências - histórias de vida, a entrevista aparenta ser a escolha ou recurso mais adequado de modo a alcançar os objetivos propostos do trabalho. Goedt e Hatt (*in* Lakatos e Marconi; 2003, 195) afirmam que a entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo acto social como a conversação”.

Quais os benefícios deste método? Por um lado, o grau de profundidade da informação obtida; por outro, a possibilidade de adquirir uma ampla expressão dos quadros de referência dos entrevistados. A opção por entrevistas semiestruturadas recai no facto de pretender dar total liberdade ao entrevistado de falar, não querendo que seja demasiado formal ou com muitas questões, de modo a não condicionar ou limitar a s entrevistados e dar-lhes a abertura necessária, como tal algumas questões foram mais diretas mantendo

um estilo de conversa informal. No entanto, possuindo um quadro de referência, um esquema de entrevista, com temas fundamentais a serem abordados / falados e, posteriormente, analisados. Como afirmam Lakatos e Marconi (2003) na entrevista não estruturada é proporcionada ao entrevistador uma liberdade que lhe permite conduzir ou desenvolver qualquer situação na direção desejável ou adequada, tornando-se assim num método de exploração de questões muito mais amplo. Apresentando, habitualmente, questões abertas cujas respostas podem ser obtidas através de uma conversa informal.

2.3. Técnicas de Análise de Dados

Após a realização das entrevistas semi - diretivas – recolha de dados, onde foi solicitada permissão aos entrevistados para o procedimento de gravação das mesmas e garantido quer o anonimato quer a confidencialidade de toda a entrevista, procedeu-se à transcrição das entrevistas com o intuito de organizar e transcrever todos os dados, informação recolhida / gravada - e tendo em conta a pesquisa bibliográfica e a fundamentação teórica, de modo a proceder à análise e interpretação da informação recolhida; a transcrição do discurso autobiográfico, do qual resulta o texto autobiográfico que, tal como afirma Lechner (2014): “textos autobiográficos são emancipadores tanto dos narradores como dos narratários por darem a conhecer simultaneamente a identidade dos primeiros e a dimensão coletiva das suas experiências individuais”, foi posteriormente analisado com o intuito de proceder à elaboração das histórias de vida, como afirma Costa (1998:81): “um dos instrumentos indispensáveis à compreensão do problema dos sem-abrigo é o da história de vida, que permita analisar o percurso de cada um, a perceção subjetiva que tem da situação, das suas necessidades, hábitos e costumes”.

A partir das histórias de vida, “as histórias de vida não constituem de modo algum um inquérito verificatório, não visam nem estabelecer leis, nem provar hipóteses; têm como função recolher testemunhos, elucidá-los e descrever acontecimentos vividos” (Poirie, 1995 *in* Vieira, 1999), e da respetiva análise e interpretação das mesmas, é possível compreender o percurso de vida. Ao contrário das histórias de vida, que se foca no indivíduo e na sua singularidade, unicidade, os percursos de vida, num entender sociológico, como “expressões dinâmicas moduladas pela estrutura social. Estas aplicam-se a populações ou subconjuntos populacionais (...) são ainda mecanismos importantes para criar

estruturas sociais resultantes do agregado de etapas individuais ao longo da vida”. (Mayer, 2012;4). Nos percursos de vida – e como resultado da sua análise, não se valoriza a singularidade mas sim os pontos em comum de modo a compreender a população ou fenómeno tendo por base de análise esses mesmos pontos análogos, desenhando um elo de ligação entre as etapas individuais para que seja possível uma análise e compreensão de todo o fenómeno.

2.4. Campo Empírico

Atendendo à fundamentação teórica e pesquisa bibliográfica referente - minuciosa e cuidada, que deve ser a primeira etapa de qualquer investigação, procedida então pela elaboração da questão de investigação e respetivos objetivos (Yin, 2009; Quivy e Campenhout, 2005) a presente investigação caracteriza-se por apresentar uma natureza qualitativa, do tipo exploratório, apresentando-se como tal num modelo / método indutivo.

Visto a população em estudo se tratar de uma população com características muito particulares, nomeadamente a ausência de uma habitação física e, conseqüentemente uma localização incerta, foi sentida a necessidade de trabalhar em conjunto, colaborar, com uma Instituição logo a escolha recaiu na valência “Tornar a Ser” apresentando assim a presente investigação a população sem-abrigo desta valência como Campo Empírico. Após os contactos iniciais e posterior autorização para a realização da investigação, foram acordados os períodos de conhecimento e ambientação, quer ao espaço quer à população utente, tal como o período para a realização das entrevistas. A ambientação ocorreu através da participação em atividades, nomeadamente de música, expressão criativa e ainda na distribuição de refeições.

Tratando-se de uma de duas valências ou respostas do Centro Social S. Francisco Xavier da Cáritas Diocesana de Setúbal, a “Tornar a Ser” tem como objetivo assistir e auxiliar a população sem-abrigo da cidade oferecendo respostas às necessidades da mesma e trabalhando num projeto de vida. A outra valência, “Saber Viver Cada Dia” destina-se a prestar apoio a doentes seropositivos tal como às suas famílias. Uma vez que esta última resposta foi criada em tempos onde o HIV/Sida despoletou, atualmente a Instituição encontra-se em processo de transição tendo como objetivo a junção ou unificação de ambas as valências transformando-se como tal numa comunidade de inserção.

Esta valência, ou comunidade de inserção, possui nas suas instalações duas camaratas – acolhimento temporário, com capacidade para albergar 12 pessoas, 6 pessoas em cada uma, que fazem a higiene e alimentação na instituição. Os duches e serviço de lavandaria são destinados a toda a população sem-abrigo da cidade sinalizada pela instituição, não só para os internos – quem se encontra nas camaratas. As refeições são distribuídas de duas formas: no refeitório e para fora, o refeitório destina-se aos internos e a mais pessoas que se encontrem devidamente sinalizadas a distribuição para fora é realizada através da entrega ao domicílio e na “porta” onde pessoas de ambas as respostas, e utentes da já extinta cantina social, podem ir levantar as refeições.

É de igual modo providenciado apoio a nível de saúde quer com o acompanhamento – por parte de uma auxiliar, a consultas médicas e / ou realização de exames quer no controlo, monitorização e distribuição – a gestão, de medicação a pacientes que não possuem faculdades ou capacidade para o fazer de modo autónomo ou que apresentam dificuldade na adaptação à rotina e obrigatoriedade ou habituação da mesma – quanto à medicação.

A resposta social apresenta uma equipa técnica composta por três Assistentes Sociais e duas Psicólogas responsáveis pelo acompanhamento, monitorização, encaminhamento e aconselhamento de todos os utentes - bem como o planeamento e desenvolvimento de atividades e de uma equipa de auxiliares encarregues por um acompanhamento e auxílio na atividades diárias. Algumas das atividades que se encontram a ser desenvolvidas passam por workshops de expressão musical e expressão dramática, estas atividades desenvolvidas por alguns dos técnicos e que contam com a colaboração de Professores e Músicos e, tendo em conta os excelentes resultados das sessões quer na participação e adesão dos utentes quer nos resultados obtidos, a equipa encontra-se a trabalhar e ensaiar um musical a apresentar no mês de Julho no Fórum da cidade.

No decorrer destas sessões os participantes consentem a si mesmos mostrar as suas emoções e fragilidades, o seu lado mais vulnerável e todo o grupo demonstra uma abertura e empatia para com os restantes; é o local onde enfrentam os problemas, o passado, o presente e lhes é permitido sonhar com o / um futuro. Esta abertura estende-se a todos os convidados que marcam presença nas sessões – desde músicos, professores de dança, teatro ou artes performativas, voluntários, estagiários uma vez que estes momentos funcionam como uma terapia.

2.5. Universo e Amostra

O Universo ou objeto de estudo da investigação, ou população, é caracterizado pela população sem-abrigo. Para seleção da amostra, a amostra representa uma parte menor do Universo de modo a que este possa ser estudado (Pádua, 2007), neste caso, a população sem-abrigo.

A elaboração das entrevistas foi devidamente precedida por uma seleção minuciosa de pessoas que se enquadrassem nos critérios previamente definidos de forma a irem ao encontro dos objetivos do estudo / investigação. De modo a compreender melhor esta população e com intenção de fazer uma análise mais profunda e pormenorizada da mesma, sabendo que um estudo de caso único seria demasiado vago e sem a profundidade desejada, procedeu-se à escolha de quatro pessoas para a amostra sendo que deveriam enquadrar-se nos seguintes critérios: encontrar-se a viver na rua ou já ter experienciado um episódio de vida na rua, tentando abranger diferentes períodos de tempo ou duração desses mesmos episódios, de modo a compreender qual o impacto do tempo vivido na rua na identidade do indivíduo sem-abrigo ou na reconstrução da mesma; que falassem e compreendessem Português, de modo a evitar o recurso a terceiros – tradutor, que se encontrassem disponíveis e abertos a partilhar a sua experiência voluntariamente e ainda que se encontrassem em plena capacidade de o fazer – sem estar sob influência de qualquer substância.

Após delimitação dos critérios foi elaborada a seleção de quatro indivíduos que se enquadrassem nesses parâmetros pelo que a escolha recaiu em dois indivíduos que se encontram atualmente a viver na rua, Alexander de 42 anos de idade e de nacionalidade Ucraniana - sendo que apresenta excelente capacidade de compressão e expressão oral, a viver na rua desde 2014, e Luís de 66 anos já sem-abrigo crónico; e dois indivíduos que experienciaram episódios de rua encontrando-se agora a viver em apartamentos partilhados, Tiago de 47 anos que viveu na rua um total de 9 anos, de modo descontinuado e Pedro de idade incerta ou desconhecida cujo episódio de vida na rua teve uma duração incerta de vários meses. Todos os entrevistados têm em comum, para além da experiência de vida na rua, terem passado pelas camaratas do CAT e atualmente recorrerem ao apoio da Instituição, a diferentes respostas.

CAPÍTULO III – Apresentação Histórias de Vida – Estudos de Caso

No presente capítulo serão apresentadas as Histórias de Vida resultantes dos discursos das pessoas na condição de sem-abrigo – que se encontram sob esta condição ou já experienciaram um episódio na rua.

De modo a preservar a identidade dos entrevistados e de forma a garantir o seu anonimato, os nomes apresentados são fictícios e foi de igual modo retirada qualquer menção a nomes associações, centros ou instituições.

3.1. Alexander

Alexander de 42 anos de idade nasce em 1975 numa zona rural da Ucrânia onde vivia com os pais, o pai trabalhava como mecânico e a mãe como ajudante de cozinha na cantina da escola local. Em 1985, com 12 anos, a família decide mudar-se para a cidade e, nesta altura, Alexander decide começar a trabalhar com o intuito de ajudar a família e de conseguir suportar financeiramente os seus hobbies, *“aos 12 anos consegui comprar com o meu próprio dinheiro a primeira moto, não bebia, fumar comecei a fumar muito cedo já fumo há muitos anos – o meu pai perguntou fumas? Fumo.”* Com 17 anos, após ter terminado a escola, onde tirou os cursos de soldador e de choffeur, começa a trabalhar como choffeur até aos 18 anos altura em que é chamado para ingressar no serviço militar obrigatório ingressando como sniper na tropa especial numa época marcada pelos conflitos e instabilidade política do País – Guerra da Independência da Ucrânia, *“depois chegou a carta para ir para a tropa obrigatória e logo cai na tropa especial, passei por duas guerras mas estou cá estou vivo, mais nada.”*

Após cumprir o serviço militar obrigatório, e visto não querer regressar para a tropa, *“depois da tropa, quando saí, pensei arranjar um trabalho, não queria mais voltar à tropa, na tropa são coisas.... Não queria mais”*, procura trabalho nas mais variadas áreas – não relacionadas com as forças armadas, no entanto, após esta procura se mostrar infrutífera, e depois de recusar dois convites, decide ingressar na polícia onde, após ser aprovado nos exames, começa a trabalhar. Mais tarde ingressa na academia onde inicia

os estudos o que lhe permite conciliar o trabalho com a formação académica; a formação na academia é feita com distinção e com uma condecoração que lhe vale três estrelas.

Já casado e com uma filha, e ainda a trabalhar nas forças policiais, decide agir contra a corrupção e máfia que controlavam o sistema, o que originou a prisão de vários membros da máfia, *“estava lá muita corrupção, muita máfia e eu fiz um coiso como fiz coiso contra elas e eles ficaram presos e os filhos deles andavam atrás de mim e da minha família.”* A complexidade e gravidade de toda a situação tem efeitos na vida e dinâmica familiar originando tensão e conflitos que, inevitavelmente, culminam no divórcio, obrigando à sua fuga do País de modo a garantir a proteção e segurança da família. Foge para um País da Europa Central onde permanece durante um ano a trabalhar até regressar à Ucrânia. Este regresso é fugaz, uma noite onde consegue “comprar” toda a documentação necessária para partir sozinho, desta vez para Portugal; *“durante uma noite fiz documentos, isto é corrupção demais quando tem dinheiro compra-se tudo e sair”*.

À chegada a Portugal, em 2001, instala-se numa cidade do Alentejo onde consegue ir trabalhando de modo regular, *“comecei a trabalhar, primeiro nas obras, depois camionista”* até ao momento em que a firma para a qual trabalhava, devido à crise e instabilidade económica que se fazia então sentir em Portugal, fecha *“depois firma fechou, ainda tentaram acabar mas não conseguiram e a firma fechou (...) era bancarrota, eu fui-me e cheguei perto de Setúbal”*. Chega então a uma zona rural perto de Setúbal onde, mais uma vez, consegue rapidamente arranjar trabalho, desde trabalhar no campo – agricultura, nas obras e como carpinteiro até ao momento em que começa a trabalhar nos furos de água e se vê sete meses sem receber qualquer remuneração por parte do patrão, *“patrão não pagou durante sete meses e eu tinha de sair de lá, não tinha mais dinheiro para pagar a renda nem nada mas no campo eu não sobrevivi, então cheguei cá em Setúbal”*.

Quando chega a Setúbal, sem trabalho, sem dinheiro e indocumentado – documentos entretanto perdidos durante as viagens realizadas, nem tão pouco um local para ficar ou alguém conhecido que o possa auxiliar – desconhecia qualquer ajuda ou resposta existente para situações semelhantes à sua, vê-se forçado a pernoitar na rua. Nos primeiros dias passados na rua sofre uma queda, de alguma gravidade, que requer cuidados médicos e internamento hospitalar. Quando deixa o hospital, após alta hospitalar, dá-se o primeiro momento de choque ao ter verdadeiramente noção da situação na qual se encontrava, *“depois saí do hospital, não tinha nada, nada, nada, nem sítio onde dormir nem*

nada, dormia na rua isso é que é o choque, não percebia o que é que podia fazer". Passados os momentos de choque decide agir e procurar um local seguro onde pudesse pernoitar encontrando-o, dias depois, numa fábrica abandonada. Procede à reabilitação do espaço, recorrendo à sua experiência enquanto carpinteiro, arranja as janelas e uma porta de modo a ter uma divisão fechada, um espaço privado, a sua "casa" local onde ainda pernoita.

Já a pernoitar na fábrica, foi descoberto pelas equipas de rua da Instituição que, após conhecimento da sua condição e situação, o encaminharam para o CAT, as camaratas do centro onde permanece por um curto espaço de tempo. Esta passagem pelo CAT é marcada não só pela sua brevidade mas também pela sua incapacidade de adaptação ao espaço e às restrições implicadas à permanência no mesmo. As regras e os horários bem como a partilha do espaço com mais pessoas, foram fatores determinantes na decisão de abandonar o CAT e regressar para a fábrica, *"quando eu cá dormia, dois ou três meses, mas depois saí não aguentava cá, a camarata é muito pequena, pessoas umas doentes outras com tosse, outras ressonam, não aguentava depois tinha um horário"*.

Com a permanência na rua as diferenças sentidas ao nível da personalidade vão-se acentuando tonando-se numa pessoa mais agressiva, menos tolerante e mais nervosa, *"notava mal como estava, notava assim mais agressivo, eu nunca entrava em confusões (...) quando alguém se mete ao pé de mim é logo à porrada, levei facadas mas não paro, este que era agressivo."* Associada às alterações de personalidade surge uma dependência do álcool, quando se sente mais alterado ou nervoso recorre ao álcool bebendo sozinho para se acalmar, *"Depois disso sempre nervoso e depois para acalmar era a bebida mas não bebo com alguém compro a garrafa e bebo sozinho, fechado, sozinho assim acalmo e tento dormir"*. Por múltiplas vezes tentou deixar o álcool de modo a manter-se sóbrio, nomeadamente quando os utentes da Instituição se deslocaram a Roma para ver o Papa e durante o dia da realização da entrevista e dias antecedentes, no entanto, devido aos sintomas produzidos pelo síndrome de abstenção alcoólica – que incluem suores e tremores, bem como os constantes episódios de exaltação impedem que as tentativas sejam bem-sucedidas, *"parei duas semanas depois voltei, quando fomos a Roma ver o Papa, parei também durante 15 dias e depois voltei a beber outra vez. Eu antes nunca tremia na tropa era sniper profissional não podia tremer, e queria beber um copo agarrei no copo e comecei a tremer e aí a cabeça... Deixei por enquanto até hoje"*. No dia seguinte já tinha voltado a beber.

Se nos primeiros anos em Portugal conseguia sustentar-se e enviar dinheiro para a Ucrânia, para a família, atualmente não tem rendimentos para além do dinheiro que consegue ganhar a arrumar carros ou quando encontra algum biscate e, apesar de já ter tratado da documentação, sem documentos não se pode candidatar ao RSI. Continua a frequentar a Instituição para as refeições e banhos. Mantém contacto com a filha – atualmente com 19 anos, no entanto nestes três anos de vida na rua nunca partilhou a sua condição ou situação com a filha, *“Eu ando a mentir à minha filha, digo que ando a trabalhar mas ela já está desconfiada, eu não quero que ela saiba a verdade, isto não é normal mas a vida tem sempre linha preta e linha branca, pode ser que linha preta agora se acabe e comece a linha branca, a esperança é sempre a última”*. A sua rede de amigos é formada, maioritariamente, por pessoas que também se encontram a viver na rua e são esses amigos que o ajudam em caso de necessidade. No entanto, quando surge algum problema ou necessita de alguma ajuda Alexander dirige-se apenas, e exclusivamente, à Dr.^a X *“quando preciso de ajuda vou logo direito à Dr.^a X”*.

Os últimos três anos foram passados na rua, a pernoitar na fábrica abandonada, excetuando um período de quinze dias quando arranja trabalho numa feira, nos carrinhos de choque porém a experiência é extremamente negativa, praticamente de escravatura, uma vez que trabalhava 14 horas diárias sem direito a nada, nem um duche podia tomar. Desses 15 dias de trabalho recebeu um “recompensa” de 10 euros com um extra de 5 euros para um café e tabaco.

Quanto à vida na rua reconhece, apesar de não ter medo e de afirmar ter experienciado pior na guerra, não se tratar de uma vida fácil, *“sim, é muito complicado, passa frio, chuva, calor com tudo.... Eu nunca desejo esta vida nem para o meu grande inimigo, isto é (...) mas tenho de aguentar, não tenho outra”*. Quando fala de si mesmo a desilusão e desvalorização encontram-se patentes no seu discurso visto utilizar o termo senhor no passado e no presente homem de rua, *“antes estava um senhor agora está um homem de rua”* referindo-se ainda ao tempo passado na rua como uma vida passada, *“isto vai de sonho para pesadelo, passa uma vida.”*

3.2. Pedro

Pedro nasce em Setúbal, desconhece o ano de nascimento bem com a idade afirmando que pode ter entre 33 ou 36 anos, teve uma vida familiar estável e não tem memória de qualquer conflito familiar que possa ter existido, afirma ter respeitado sempre os pais e jamais ter presenciado uma discussão. Aos 16 anos abandona os estudos, por vontade própria, e começa a trabalhar numa fábrica passando, pouco tempo depois, para uma padaria. Na padaria começa a relacionar-se com um novo grupo de amigos, desenvolvendo laços e descobrindo padrões grupais com os quais se identificava, encontrando de igual modo um grupo com o qual se identificava e no qual se sentia inserido e aceite. Tratando-se de um grupo composto, maioritariamente, por colegas de trabalho, todo o tempo livre ou de ócio, bem como o tempo passado no trabalho, gira em torno do novo grupo de amigos sendo que o tempo reservado ou destinado à família, tal como as visitas a casa, se torna escasso e diminuto, *“a minha vida era mais fora do que dentro de casa”*; até que, eventualmente, deixa de viver ou ir dormir a casa indo apenas visitá-los, *“durante um tempo não vivia com os meus pais mas ia lá, ia lá ver como é que eles estavam, como é que as coisas estavam, mas não ficava lá”*.

Por influência do grupo de amigos e agindo em conformidade com o mesmo, tem o seu primeiro contacto com substâncias ilícitas *“juntei-me com uns moços que trabalhavam lá e agarrei-me à droga”*. O consumo de drogas torna-se recorrente atingindo um grau de dependência e, após deixar de ter qualquer tipo de contacto com os pais ou restante família, termina a viver na rua, *“tive um tempo a consumir e depois levou-me a dormir na rua”*.

Durante os meses passados na rua – não consegue recordar com exatidão quantos, o seu foco apenas se encontrava direcionado para a droga pelo que a ideia de pedir ajuda ou recorrer aos pais, contactá-los ou ir a casa não faziam, naquela altura, sentido *“não via as coisas ao contrário porque a cabeça estava virada para ali, era para a droga e era para ali, para ali, parecia que tinha uma pala”*.

Todo o discurso é marcado pela adição existindo escassas memórias relativas à vida na rua e ao período em que tal episódio decorreu, lembra que não possuía qualquer apoio e os amigos que tinha eram apenas amigos de consumo, *“quando vivia na rua não tinha apoio de ninguém basta só isso para uma pessoa ir-se abaixo, não ter apoio da*

família, não ter contacto”. Em diversas ocasiões, percecionava a apreensão e inquietação sentidas ou demonstradas nas ações e atitudes de quem passava por si na rua; afirma tratar-se de um sentimento partilhado por quem se encontra na mesma condição, exemplo da estigmatização a que esta população se encontra sujeita, *“as pessoas, quem passam, têm um bocado de receio da pessoa, olha aquele dorme ali na rua assim, assado, isso é normal, a pessoa fica com um bocado de receio que uma pessoa faça isto faça aquilo.”*

A primeira saída da rua, e tentativa de reabilitação, ocorre quando duas funcionárias da Câmara o encaminharam para uma clínica de reabilitação no norte do País onde faz um primeiro tratamento com duração de um mês sendo depois enviado para um centro de reabilitação de dependentes químicos na margem sul. Permanece por vários meses no centro e, durante esse tempo, retoma contacto com a família que o apoia durante todo o processo.

Afirma que o apoio e o facto de retomar o contacto com a família foi um fator preponderante na superação da dependência - reabilitação e, conseqüentemente da saída da rua; na família encontrou a motivação e força necessária para tal, mesmo após uma recaída e um novo tratamento, *“também a força que eles me deram (...) agora há pessoas aí que não têm apoio da família isso parece que não é um bocado chato, basta não ter o apoio da família”*. A partir do momento em que retoma contacto com a família o seu foco altera-se focando-se agora em si e, sobretudo, na família e na vontade de se curar acreditando ter a capacidade e a resiliência fundamentais para deixar a vida na rua, passando a ser algo realizável, uma possibilidade viável, *“estava a tentar mudar e estava a fazer por mim e queria mudar, queria sair daquela vida”*.

Após a saída do centro, e com auxílio da Instituição, vai viver para um apartamento partilhado – um quarto, onde se encontra até aos dias de hoje, *“estou numa casa, estou a partilhar a casa com mais uma pessoa e temos estado lá e acho que está-se a andar bem com a casa e tá as coisas a andar.”* A (re) adaptação à vida numa habitação, domiciliada, expôs os efeitos das carências sentidas nos meses de rua, *“foi um bocadinho complicado até habituar-me, levei um bocado de dificuldade. Não sabia o que era uma cama, já há muito tempo que eu não me deitava em cima de uma cama”*. No entanto, as mudanças de personalidade sentidas no momento da transição e reintegração foram imediatas *“um gajo muda logo, muda em tudo mesmo, feitio, em tudo. Faz sentir bem, entrar dentro de casa e saber que vai para casa e saber que a minha vida era assim e era assado e agora é diferente”*. A sua rede de amigos é reduzida pois garante que a experiência

vivida foi fundamental para determinar que *“amigos acho que não há amigos, para mim eu aprendi muito, há amigos e não há amigos, é conhecidos, conhecidos tá bem.”*

O tempo de dependência teve efeitos nocivos na saúde sofrendo de HIV e tendo já efetuado um tratamento para a Hepatite. O controlo e monitorização, tanto da doença como da medicação, é realizado pela Instituição, enquanto toma as refeições no refeitório é-lhe fornecida a medicação diária – que inclui a metadona. A Instituição desempenha um papel fulcral em termos de apoio: nos rendimentos – RSI, na habitação, alimentação, acompanhamento médico e na medicação. Já a família, após a morte dos pais que eram parte fundamental na sua rede de apoio, tem demonstrado incapacidade em compreender a sua doença, desconhecendo tanto a doença como as suas complicações e implicações mostrando receio e inaptidão para lidar com a mesma, *“basta não ter o apoio da família e com este problema há pessoas que não sabem o que é este problema que eu tenho, há pessoas, pelo menos a minha família não sabe que problema é que é este, isto não é um problema que seja “Peganhosa”, mas há pessoas que não pensam assim”*.

3.3. Tiago

Tiago, de 47 anos, nasce na cidade de Setúbal em 1970 no seio de uma família fragmentada. Nunca tendo conhecido o pai, o pouco que sabe sobre o progenitor foi-lhe divulgado pela mãe, *“o meu pai morreu quando eu tinha 2 anos, pelo menos é o que a minha mãe diz”*. Perante a ausência do pai encontra no padrasto a sua grande referência - ao qual também se refere e trata como tio o que é demonstrativo do seu discurso incoerente e confuso relativo à família, bem como à dinâmica e instabilidade familiar, um pouco à imagem da própria vida que, como afirma, *“vida de rato, que uma pessoa não é uma pessoa é um rato e anda a pedir para um lado e para o outro, à toa e a sobreviver”*.

Possui quatro irmãos, três irmãos e uma irmã, um dos quais – o mais novo que é meio-irmão, desde tenra idade, começa a sofrer maus tratos físicos e psicológicos. Dos tempos de infância recorda as brincadeiras com o tio / padrasto e os tempos de escola com afeição; apesar dos incentivos da Professora Primária que o elogiava afirmando tratar-se

de um rapaz inteligente, nunca demonstrou particular interesse na escola tendo abandonado os estudos – interrompendo o percurso escolar, para trabalhar. Começa por ajudar nos bares à noite e nas roulottes de cachorros e, aos 13 anos já trabalhava no mar – na pesca, a auxiliar o padrasto / tio.

Com 13 anos é “apanhado” e detido pela polícia por posse de substâncias ilícitas e uma quantia avultada de dinheiro, após uma detenção de três dias é enviado para um Centro de Acolhimento de Jovens em Risco, centro destinado a crianças e jovens em situação de risco e delinquência, onde permanece e estuda durante sete anos. O facto de ter permanecido no Centro durante um período de tempo tão prolongado demonstra que a situação terá tido um nível de gravidade superior ao partilhado. Da mesma forma, a elevada quantia de dinheiro que detinha em sua posse era “anormal” para um adolescente de 14 anos, tais fatores poderão ser indicativos de tráfico de substâncias. Os laços criados no Centro rapidamente se sobrepõem, e substituem, os laços familiares o que é resultado e comprovativo da fragilidade já existente, *“quando começou a minha vida familiar foi aí no centro, conheci lá uns rapazes lá do centro mas depois também conhecia rapazes cá de fora”*.

Quando deixa o Centro, por vontade própria e sem permissão, casa-se. Deste casamento, de curta duração, tem uma filha com a qual, atualmente, mantém contacto de forma muito irregular, *“tenho uma filha e já devo ter netos e não os conheço”*. Após o divórcio imigra por duas vezes para países europeus distintos, a primeira vez parte sozinho e a segunda vai com o padrasto e um amigo. Guarda boas memórias dos tempos que passou fora do País, *“Lá era engraçado, andava lá a trabalhar, sobrevivia, comia, bebia, correu mal foi não me dar com o clima. Muito frio, muito cansativo”*. Da segunda vez surgem alguns conflitos com as pessoas que o acompanharam, desentendimentos relativos a pagamentos de renda e partilha de casa que o fazem antecipar o regresso a Portugal. Os momentos cujos laços laborais se mostram mais consistentes e fortalecidos e cuja vida se encontra organizada e com objetivos delineados são, curiosamente, quando está fora de Portugal.

Quando regressa a Portugal consegue, durante relativamente pouco tempo, reconstruir a sua vida e ter o que o próprio denomina como *“foi continuar com a minha vida normal, tinha a minha casa, depois deixei a minha casa”* até ao momento onde, por força das circunstâncias, se vê forçado a deixar a sua casa e ir viver com a mãe e irmão – meio-irmão, mais novo. Por esta altura, começa a beber e a consumir outras substâncias,

iniciando um período de dependência alcoólica, cujos episódios contínuos e frequentes de embriaguez, despoletam e agravam os conflitos e discordâncias, precedidos de todo um historial de maus tratos, com o irmão e em casa culminando no seu abandono – não voluntário, de casa. Desprovido de meios financeiros visto não se encontrar a trabalhar, de uma rede de apoio e de local para pernoitar, pernoita nessa mesma noite na rua pensando tratar-se de um episódio único. Perante a inexistência de qualquer solução e, aliado ao seu estado de dependência, a pernoita na rua passa de solução provisória a único recurso, *“as condições que me levaram a viver na rua depois dos maus tratos do meu irmão comigo (...) ele queria a casa só para ele e eu naquela altura bebia muito e aparecia todo bêbado, todos os dias bêbado (...) eu sabia muita coisa e o álcool levava-me a falar certas verdades e eles não gostavam que eu falasse certas verdades”*.

A vida na rua foi uma realidade sempre presente na sua vida tendo passado um total de nove anos, de modo não contínuo, na rua sendo que dois terão sido passados numa fábrica abandonada, *“vivi na rua 9 anos, os anos todos completos, 9 anos. Agora tive 2 anos a viver na rua, mas eu vivo sempre na rua, eu vivo sempre na rua. A minha coisa é essa eu vivo sempre na rua.”* A vida na rua recorda como uma vida dura e solitária, sem qualquer apoio ou rede de suporte, *“dormir ao pé dos ratos, saber que somos como os animais, quando dormimos na rua somos como os animais”* bem como o choque inicialmente sentido.

Nos primeiros dias na rua depara-se com uma realidade desconhecida e, após superado o choque inicial, decide juntar-se a outras pessoas que se encontravam na mesma condição, mas com mais anos e experiência de rua, com o duplo propósito de proteção - sobrevivência e aprendizagem, *“aproveitei e conheci essa pessoa mais velha que dormia na rua e foi um meio de eu sobreviver também e ajuda-lo e ele ajudar-me a mim.”* Se inicialmente não tinha a quem recorrer, com o passar do tempo encara a ideia de o fazer como algo inconcebível afirmando *“não precisava de ninguém, não queria pedir pois julgava-me mais forte que a outra pessoa”*, então quando necessitava de dinheiro recorria à animação de rua para o adquirir contando com a boa vontade de quem passava. No entanto, o recurso à ajuda Institucional, nomeadamente no que diz respeito à alimentação – refeições, ocorreu de modo recorrente durante os 9 anos de rua tendo inclusive, após uma acesa discussão com uma outra utente, sido penalizado com um castigo de dois anos, dois anos impossibilitado de frequentar as instalações da Instituição, sendo “forçado” a procurar ajuda noutras associações e instituições da cidade.

Relembra e partilha episódios marcantes, bem como a rotina criada e o modo como executava as tarefas do dia-a-dia, carecendo de recursos ou meios recorrendo à imaginação, *“sabes como é que a gente fritávamos batatas? Tirávamos a blusa depois púnhamos um óleo desses qualquer que agente arranjava, fritávamos as batatas e depois para passar era a blusa. Meias eram as mangas das camisolas, os gorros era também as mangas das camisolas”*. Na rua, o comportamento dependente agravou-se, dependia do álcool para suportar toda a situação, *“foi quando bebia mais, era para não pensar que estava na rua”*.

O incentivo, forçado, ou a conceção da ideia de uma possível saída da rua dá-se após uma conjugação de eventos distintos: a ocorrência de episódios de violência e roubo sofridos enquanto pernoitava em espaços públicos, bem como a tensão e fragilidade que entretanto, por diversos motivos, foram surgindo nos laços afetivos criados na rua, *“os amigos já não eram os amigos, já começavam a enxotar”*. Recorre então à Instituição que o auxilia e apoia em todo o processo de reintegração, processo que, numa fase inicial, passou pelo acolhimento temporário no CAT e, numa fase seguinte – após avaliação médica e psiquiátrica onde lhe é diagnosticada uma perturbação, e uma fase de reabilitação, é-lhe garantido o RSI e inserido num quarto alugado onde permanece por dois anos. A readaptação à vida num quarto / casa apresentou alguns desafios, *“não é fácil levar uma pessoa que já está habituada a viver na rua certos tempos (...) chega a casa tem de lavar os pés para entrar dentro da cama, tem de lavar os dentes, tem de dar um bocado de higiene à casa, tem de saber essas coisas”*.

Atualmente partilha apartamento com uma amiga, com quem reparte todas as despesas; os laços laborais permanecem muito enfraquecidos, quase inexistentes, uma vez tratarem-se apenas de biscates ou trabalhos pontuais que vão surgindo – ajuda nas limpezas de um bar e na pintura de casas. Ainda recorre à ajuda Institucional uma vez que as refeições são realizadas no refeitório e o apoio médico, bem como a medicação, também é disponibilizado na Instituição. Continua medicado para os distúrbios ou perturbações psiquiátricas queixando-se dos efeitos causados pela medicação, *“o nosso corpo... Antes era mais rebelde e hoje por causa da medicação estou mais calmo, estou mais morto, a medicação também me faz andar mais calmo (...) já não é aquela rebeldia que tinha”*. No final do discurso afirma ser dependente de metadona o que é indicativo de outras substâncias aditivas, que não o álcool, não mencionadas durante a conversa.

3.4. Luís

Luís, com 66 anos, nasce na cidade de Lisboa em 1950 onde vive num bairro marcado pelos antagonismos e opostos, *“o meu bairro era um bairro de doutores mas havia lá gente muito pobre”* com os pais e o irmão. Apesar de se enquadrarem na denominada classe média, onde ambos os pais desempenhavam uma função laboral – algo invulgar na altura, o pai era chofer de praça e a mãe, após ter tirado a carta de condução, ia para a venda, a família passava por dificuldades financeiras devido a uma adição do pai ao jogo onde era normal perder elevadas quantias de dinheiro. Quando tal sucedia, a mãe ficava encarregue de arranjar dinheiro para que o pai pudesse entregar ao patrão e, nessas alturas, tinham de ir à Santa Casa da Misericórdia buscar a sopa. O comportamento aditivo do pai era a principal causa dos conflitos e problemas familiares recaindo sobre a mãe, forçosamente, a função de patriarca da família. Não obstante as dificuldades, Luís era frequentemente alvo de inveja por parte das outras crianças, *“os mais pobres tinham inveja, eu ia para a escola ia a primária que, ficava bem longe da minha casa, e se levava uma sandes roubavam-me e era sempre mal tratado pelos outros e pelos amigos porque eu andava sempre bem limpinho e bem comido, não comia muito bem”*.

Independentemente dos incentivos da Professora para que desse continuidade os estudos, e das conversas que a própria mantinha com a mãe onde constatava que Luís era um aluno com distintas capacidades e, como tal, deveria permanecer na escola, Luís sente a necessidade, quase obrigação, de ajudar em casa abandonando então a escola aos 11 anos, tendo concluído a antiga quarta classe, *“mas eu não podia estudar se o meu pai não entregava dinheiro em casa, havia dificuldades em casa e eu disse: não, não eu vou trabalhar e trabalhei, fui trabalhar aos 11 anos.”*

Aos 16 anos realiza a primeira, de muitas, viagem a África, viajando de modo clandestino para Angola, *“a primeira viagem para Angola paguei – pagou a minha mãe, 4500 escudos”*. Com a morte da mãe, regressa a Portugal contudo perante a incapacidade de encontrar trabalho, decide regressar novamente para Angola onde permanece durante um par de anos. Aos 20 anos decide regressar a Portugal e apresenta-se para o serviço militar obrigatório e, após ser recrutado decide fugir pois já tinha estado em África, *“mas fugi à tropa, não vou cumprir mais dezoito meses (...) e abalei, fui para Espanha e fui para a Legião”*. Alista-se então na Legião Espanhola onde, após ter superado todos os

testes – sempre com resultados de excelência, permanece durante dois anos percorrendo diversas cidades e regiões.

Quando deixa a Legião, assenta numa ilha espanhola onde acaba por casar e ter dois filhos. Vai trabalhando na área da hotelaria e no campo e, mais tarde, investe num terreno onde inicia construção de uma casa para a família, no entanto, começam a despontar conflitos com o sogro e, para além disso, descobre a vida noturna – característica da ilha e algo até então desconhecido, o que leva ao fim do casamento. Após o final do casamento decide regressar a Portugal deixando tudo para trás, troca correspondência com o irmão, com o qual ainda mantinha uma relação, de modo a compreender se seria seguro o regresso a Portugal – pós 25 de Abril, e sendo Luís um refratário o irmão garante-lhe que o regresso é seguro pelo que retorna a Portugal, *“escrevia para o meu irmão e o meu irmão escreveu-me a dizer podés vir, a Amnistia já não te vai acontecer nada e isto e aquilo, mesmo assim ainda fui à inspeção.”* No entanto, é obrigado a nova apresentação na inspeção e, quando questionado pela sua vontade de ingressar ou não no serviço militar, volta a negar e parte numa viagem pela Europa.

Nesta viagem vai arranjanado trabalhos pontuais pelos locais de passagem, na sua maioria trabalhos no campo, na apanha de fruta e tem oportunidade de participar em vários encontros internacionais de Anarquismo. Num país em particular desenvolve e aprofunda os seus conhecimentos e técnicas de desenho e pintura encontrando na pintura com giz uma forma de ganhar dinheiro e garantir subsistência, *“eu não tinha trabalho, não sabia o que fazer mas antes eu já andava sempre com uma sebenta a desenhar e vi um rapaz a desenhar no chão (...) falei com ele e comecei a fazer aquilo, fiz aquilo durante muito tempo”*.

Regressa novamente a Portugal onde tira a cédula marítima e inicia-se na pesca, passando por várias cidades e países. O regresso a Portugal é marcado pelo agravamento de conflitos familiares que originam uma inevitável rutura de laços. Essa rutura dá-se primeiramente na relação com a ex-mulher e os filhos com os quais ia mantendo contacto através de cartas e visitas pontuais, no entanto, na última visita que faz ocorre uma discussão sobre divisão de bens o que tem um grande impacto nos laços já fragilizados pelo que, inevitavelmente, passado algum tempo dá-se a rutura total, *“Agora nos últimos 10 anos é que eu não quis contactos”*. O mesmo sucede com o irmão, após discórdias sobre partilhas e divisões de bens, corta relações com o irmão, não culpabiliza ou ressentido os

filhos, *“Os meus filhos não têm culpa, foram influenciados pela mãe e o meu irmão também fala com eles, têm contacto”*.

Sem família ou rede de suporte bem como trabalho fixo e estável, Luís – que já havia tido experiências de pernoitar na rua nas suas viagens, termina na rua. Quando questionado sobre a família e o contacto com a mesma afirma não querer qualquer contacto, que para si a família acabou, *“não, nada, nada, nada, nada, nem quero, a família acabou”*. Não sabe ao certo há quantos anos se encontra a viver sem casa, na rua, apenas diz *“Bahhh... Há muitos anos”*.

A desafiliação tem impacto na sua vida na rua e nas poucas relações ou laços mantidos que se baseiam unicamente em duas ou três pessoas com os quais partilha breves instantes pois como o próprio afirma, *“É que eu gosto de estar sozinho... Mas eu gosto mesmo de estar sozinho”*. Apesar das dificuldades inicialmente sentidas, do choque, *“tive dificuldades, no principio tive dificuldades mas depois habituei-me, aprendi quando aprendi”* criou uma rotina, com um local certo onde pernoita e um local onde permanece durante o dia a mostrar, e vender, os seus quadros e a tocar harmónica; refere-se às pessoas – transeuntes, que vão deixando uma moeda como a sua família, *“A minha família são as pessoas da rua, são as pessoas que dão 20 cêntimos, 10 cêntimos, 1 euro algumas até mais”*. Teve uma breve passagem pelas camaratas do CAT saindo por vontade própria dadas as dificuldades sentidas em lidar com as pessoas com quem partilhava camarata, *“tive pouco tempo mas não foi por... Em parte foi mas estar ao lado de pessoas, ao lado de putos, miúdos com tanta vida, com tanta força e não fazem nada pela vida. Eu não posso estar ao lado deles. Porque lhes vou dizer, eh pá faz pela vida!”*.

Apesar de afirmar estar bem consigo mesmo e na condição na qual se encontra, *“é assim, eu até, eu gosto... Eu gosto de dormir mesmo ao ar livre, que não me chova em cima, eu adoro viver numa cabana, numa cova, numa tenda mais que viver num quarto”* e de se considerar ou autodenominar *“comecei a ser um senhor da rua”*, há quatro anos experienciou uma fase mais complicada, onde se sentia desconectado de tudo sem motivação e totalmente desconexo de tudo, resultando numa tentativa de suicídio. Foi encontrado por uma pessoa que o salvou. Para além desta fase menos boa – fase depressiva, na rua desenvolveu uma dependência alcoólica que, com os anos, se tem vindo a agravar tendo já outros problemas graves de saúde – úlcera gástrica, como consequência dos comportamentos aditivos. No entanto nega qualquer dependência.

Recusa perentoriamente requerer ajuda afirmando não necessitar, “*não, não, não a ninguém, não preciso de ajuda de ninguém, eu a minha ajuda é ser poupado*”. Somente recorre à instituição – uma vez por semana, para o serviço os duches e roupa lavada – recusa as refeições, e só o faz quando determinada auxiliar se encontra na função de apoio aos duches, criou um laço forte com essa mesma auxiliar, pelo que, quando a mesma não se encontra Luís não se dirige à Instituição.

O reconhecimento e auto valorização é obtido através dos seus trabalhos artísticos, das pinturas e música bem como o respeito dos outros é sentido quando lhe dão uma moeda em troca desse mesmo reconhecimento, estão a reconhecer o seu trabalho e a reconhecê-lo como “um senhor de rua” – sente-se um senhor de rua quando faz as suas obras e é reconhecido por tal. As suas obras e liberdade são os seus bens mais valiosos “*eu quero viver a minha vida com aquilo que tenho, rezo e peço a Deus para ser pobre mas não na miséria não é?*”. Recorda com particular afinidade o dia em que um conhecido cantor Português, após ter atuado no Fórum da cidade, dedica uma parte do seu tempo, e da noite, a fazer-lhe companhia ouvindo a sua história de vida e a cantarem e tocarem juntos, saindo a notícia e foto no jornal – foto que guarda com grande estima.

Atualmente encontra-se à espera da reforma, já entregou os papéis e, após resposta positiva e ter conhecimento da quantia que vai auferir mensalmente, faz planos de, com esse dinheiro – ainda que ínfimo, regressar à aldeia dos pais e viver tranquilamente, “*arranjo um curral e até tou capaz de comprar uma bezerra e criá-la e andar com ela aí?*”.

CAPÍTULO IV – Análise e Interpretação de Dados

Todo o trabalho de investigação visa a obtenção de respostas às perguntas de investigação, ou resultados obedecendo aos objetivos delineados. Como tal, o presente capítulo pretende a apresentação do produto do método analítico resultante do tratamento e análise dos dados precedentemente recolhidos. Segundo Fortin (2009), os resultados são procedentes de acontecimentos observados ao longo do processo de recolha de dados, tais acontecimentos ou factos, são posteriormente alvo de análise e então apresentados de modo a garantir uma conexão coerente com o problema a investigar.

De modo a uma melhor e mais aprofundada narração e compreensão dos percursos de vida da pessoa na condição sem-abrigo, e qual o papel da desafiliação nos mesmos, procedeu-se à realização de entrevistas onde as questões – abertas, incidiam no percurso ou trajetória de vida, nomeadamente, vida familiar, escolar, laboral e, posteriormente, ponto de rutura ou desafiliação e vida na rua. De seguida, após narração e compreensão dos dados recolhidos procedeu-se à análise e interpretação dos mesmos cujos resultados serão seguidamente apresentados.

Tal como no capítulo antecedente, cujo propósito passa por uma análise mais aprofundada e minuciosa das entrevistas realizadas de forma a elaborar e narrar as histórias e percursos de vida dos entrevistados obtendo de tal modo dados e informação precisos e rigorosos, todos os nomes apresentados são fictícios de modo a preservar a identidade dos mesmos.

4.1. Infância e Vinculação (Laços Familiares, Escolares e Laborais)

Atendendo às especificidades próprias do conceito de desafiliação e, após análise dos percursos e histórias de vida, é irrefutavelmente crucial a abordagem quer da família quer do percurso familiar dos entrevistados / narradores. De acordo com Silva (2001) podemos assumir que a família se trata de um conjunto de pessoas que interagem e se encontram ligadas a nível emocional podendo ainda compreender duas ou mais gerações. É também o local no qual a pessoa pode experienciar situações, ou momentos, de maior

alegria ou sofrimento. O sistema familiar é um sistema aberto uma vez que mantém trocas com outros níveis do ecossistema, ou seja, existe uma troca de influências de outros sistemas, passando por crises causadoras de stress, de tensões emocionais e comportamentos sintomáticos.

Da análise inicial do conjunto de discursos narrativos ressalta a importância da família em todo o percurso e fases da vida uma vez que se trata do tema mais mencionado e enfatizado na totalidade das narrações, surgindo com regular frequência em momentos ou fases distintas do percurso de vida. Visto apresentar-se como uma fase fulcral para o desenvolvimento do indivíduo, bem como dos processos de vinculação e socialização primária, achou-se pertinente dar início à análise da dinâmica e vida familiar durante a infância tentando compreender-se como se coadunavam a dinâmica e vida familiar dos entrevistados nesta fase.

Apesar de, quando mencionada, ser lembrada de um modo afetuoso e com uma nostalgia inerente, sendo perceptível a emoção sentida, demonstrada através de reações físicas e alterações comportamentais, torna-se substancial e essencial reconhecer que, como demonstrativo nas narrativas apresentadas, em qualquer dos casos ou narrativas é possível identificar ou discernir uma ideia / noção de família de um modo inconsistente e incongruente ao longo de todos os percursos. Logo, torna-se perentório abordarmos este conceito – família, como a ideia de família que cada indivíduo apresenta na sua narrativa. Esta inconsistência é passível de identificação ou reconhecimento quer na instabilidade familiar como nos constantes conflitos e mudanças existentes no núcleo familiar.

Dois discursos apresentam-se patentemente definidos e assinalados, desde tenra idade – infância, por uma dinâmica familiar disfuncional com ocorrência de conflitos. Tal disfuncionalidade é passível de reconhecimento sob forma de fragmentação da família e violência, e ainda como comportamento aditivo, vício ao jogo representando a perda de avultadas quantias monetárias essenciais à subsistência da família, incidindo na mãe, matriarca da família, a responsabilidade pelo sustento da família bem como das dívidas resultantes de tal adição. Em absoluto contraste, é possível observar todo um percurso e dinâmica familiar isenta de conflitos ou antagonismos durante a infância e adolescência sendo que, num dos casos, é nesta fase – adolescência, que despoletam as divergências familiares.

Em todas as narrativas é ainda possível reconhecer um trajeto ou percurso em comum no que à vida familiar é respeitante, as dificuldades económicas que, por sua vez, se encontram profundamente relacionadas com o abandono escolar precoce de todos os entrevistados e consequente baixa escolaridade, exceção feita a Alexander que, apesar das dificuldades da família e de ter ingressado precocemente no mercado laboral através de biscates, conseguiu terminar o 12º ano de escolaridade tirando dois cursos profissionais. Os baixos níveis de escolaridade, bem como a idade precoce de ingresso no mercado laboral devido às dificuldades financeiras familiares, representam uma carência de oportunidades partindo, naturalmente, em acentuada desvantagem para o percurso de ingresso no mercado de trabalho. Esta carência ou total ausência de oportunidades terá repercussões em todo o futuro percurso laboral, percurso consideravelmente marcado pelo tipo de funções que desempenham bem como pela fragilidade contratual patenteada sob forma de biscates incertos e temporários, na incapacidade em conservar essas mesmas funções por largos períodos de tempo que consuma a constante insegurança e obstrução à fortificação de laços laborais.

O tema família torna a surgir, propositadamente, quando questionados sobre a existência de contacto ou convivência familiar e, desde logo, é possível concluir que aquando da condição de sem-abrigo, e nos tempos prévios a tal condição, o contacto existente é parco ou nulo não existindo qualquer tipo de iniciativa ou intenção para que tal mudança ocorra, apresentando-se Alexander como única exceção que, perante a sua situação particular e atípica – imigrante e sem-abrigo, mantém contacto regular com a família omitindo no entanto a sua condição, *“Eu ando a mentir à minha filha, digo que ando a trabalhar mas ela já está desconfiada, eu não quero que ela saiba a verdade, isto não é normal”*. Posteriormente ao episódio de vida na rua, nos dois casos já reintegrados na “sociedade domiciliada”, constata-se que o contacto familiar é restabelecido durante o processo de reintegração apresentando-se, num caso em particular, a família como fonte de apoio e motivação para suportar todo o moroso e árdua processo de reabilitação e reintegração. Contudo, após a reaproximação e restabelecimento de contacto, a convivência existente, ou possível dadas as circunstâncias, ocorre esporádica e pontualmente o que demonstra a dificuldade em restabelecer ou reconstruir um relação ou laços.

Num caso totalmente díspar, e visto tratar-se de um sem-abrigo crónico, passível de entendimento como tal dada a longevidade do episódio de vida na rua, quase duas déca-

das, o contacto familiar é irremediavelmente inexistente. Ao longo do seu discurso é possível discernir a perturbação e desolação bem como a profunda revolta e mágoa que a família, ou memória da mesma, despertam, “*não, nada, nada, nada, nada, nem quero, a família acabou*”. Estes sentimentos negativos resultam da acumulação de desentendimentos e conflitos familiares que culminaram na insurgência contra a família e na consequente desafiliação.

4.2. Rutura de Laços e Desafiliação

Sendo reconhecido o facto de que a desafiliação se trata de todo um processo profundamente assinalado por um contínuo percurso de ruturas, pretendeu-se compreender os motivos pelos quais tais ruturas ucederam bem como quais os laços afetados. Logo, quando questionados sobre os motivos originadores ou as razões propulsionadoras do percurso descendente, que colmatou com a experiência de vida na rua, a rutura de laços surge como elo comum aos quatro trajetos.

Dada a possibilidade de compreensão e identificação de diferentes ruturas, nos diferentes laços sendo que, em alguns casos, os vínculos já se encontravam fragilizados, existindo uma irremediável tendência de tensão vinculativa e fragilidade ou, por outro lado, o surgimento de um episódio singular que, de forma inesperada, coloca o indivíduo numa situação de risco ou fragilidade, nos casos apresentados e analisados, pode-se assistir a um percurso precedente intimamente assinalado pela debilidade e vulnerabilidade vinculativa, passíveis de identificação de um momento de rutura nos diferentes laços. Nos discursos e percursos, para além do elo de ligação comum de instabilidade e fragilidade vinculativa em (quase) todos os laços, destacam-se de um modo evidente ruturas fulcrais à desafiliação sendo que estas mesmas ruturas sucedem-se em laços distintos.

Torna-se então possível a diferenciação e observação de ruturas, ou quebras, nos seguintes laços: rutura nos laços de participação eletiva que, segundo Paugam (2009), são concernentes a laços matrimoniais, de amigos e de toda uma rede de proximidade que, contrariamente à família – sanguinidade, são alvo de escolhas ou preferências sendo esta a grande diferença entre os laços de filiação – família, a escolha ou seleção visto existir de igual modo reconhecimento e proteção e o mesmo autor afirma que este laço tem por base a formação individual da rede de pertença. O divórcio – rutura de laços matrimoniais,

e consequente rutura nos laços de sanguinidade ou filiação – filhos, surgem também no discurso narrativo de um dos quatro entrevistados.

“Foi os motivos de sair de casa – após o divórcio (...) não é deixar de ter contacto... pronto, deixei de ter contacto mas tinha sempre contacto, escrevia, às vezes telefonava, tinha mais ou menos contacto, mas contacto assim direto, de ir lá e estar lá... Depois que me separei da mãe dos meus filhos fui lá (...) Agora nos últimos 10 anos é que eu não quis contactos.” (Luís)

Num discurso narrativo distinto, a rutura ocorre ao nível dos laços de participação orgânica que, e acordo com Paugam (2009), se encontram associados à proteção assegurada ou garantida pela empregabilidade, o desempenho de uma função estável e remunerada de modo seguro ou consistente obtendo desta forma reconhecimento pela profissão ou função executada.

“Patrão não pagou durante sete meses e eu tinha de sair de lá, não tinha mais dinheiro para pagar a renda nem nada mas no campo eu não sobrevivi, então cheguei cá” (Alexander)

A ausência ou instabilidade de laços laborais, aliados à inexistência de uma rede de suporte ou filiação, fundamentais desde a emergência da Sociedade – Providência que surgiu, ou emergiu, para colmatar as deficiências ou lacunas do Estado – Providência. Boaventura dos Santos (cit. in Rosa, 2012:24) define a Sociedade – Providência como redes recíprocas de reconhecimento e interajuda que se encontram interligadas e que se encontra legitimada ou fundamentada nos laços parentais e de vizinhança, onde ocorre uma “troca” ou câmbio de bens ou serviços, sem qualquer característica ou traço comercial, num modo simplesmente de reciprocidade ou mutualidade, de solidariedade e entreajuda.

A Sociedade – Providência fundamenta-se então na rede de apoio e reconhecimento mútuo existente nas relações ou laços de maior afinidade / proximidade, quer se já na

família ou no grupo de amigos. Estas relações apresenta-se como fonte de “segurança” ou apoio perante situações de maior vulnerabilidade e / ou fragilidade quando o Estado de Bem Estar Social é incapaz ou se mostra incapacidade para o fazer ou, por outro lado, a ajuda assegurada pelo mesmo se mostra insuficiente para colmatar as necessidades. Em três dos percursos ou narrativas, distingue-se um percurso recorrente e repetido de instabilidade e fragilidade laboral profundamente assinalado pela precariedade dos laços laborais que, por sua vez, resultam do abandono escolar precoce contemplando ainda todo um mediano interesse na Educação e formação.

Dois discursos narrativos encontram-se seriamente marcados pela quebra de laços de filiação que, de acordo com Paugam (2009) são os laços familiares, fundamentalmente parentais – entre pais e filhos, onde surgem os laços sociais “herdados” e não passíveis de opção ou escolha; a este laço encontram-se associadas a proteção familiar – rede de suporte, bem como o fator afetivo e a importância significativa de proximidade, segundo o mesmo autor, este laço representa ou consiste no total apogeu da pertença social. Nestes dois casos, a rutura dos laços de filiação advém de tensões relacionadas com comportamentos aditivos.

“As condições que me levaram a viver na rua depois dos maus tratos do meu irmão comigo (...) ele queria a casa só para ele e eu naquela altura bebia muito e aparecia todo bêbado, todos os dias bêbado (...) eu sabia muita coisa e o álcool levava-me a falar certas verdades e eles não gostavam que eu falasse certas verdades”. (Tiago)

“Juntei-me com uns moços que trabalhavam lá e agarrei-me à droga (...) tive um tempo a consumir e depois levou-me a dormir na rua”. (Pedro)

4.3. Vida na Rua

Os momentos de transição e mudança, sejam ou não planejados, denotam-se invariavelmente, como ocasiões cujo impacto será perpetuamente lembrado positiva ou negativamente. Se tal sucede quando as mudanças são precedentes de deliberação e ponderação antecedente a qualquer ação e / ou decisão, a condição de sem-abrigo, a vida na rua ou não domiciliada, não é resultante de uma decisão ou escolha deliberada e premeditada mas, pelo contrário, sucede como consequência de todo um conjunto de fatores não associados única e exclusivamente a carências materiais. Logo, representa uma transição abrupta, inesperada e traumática que, aliada à carência ou ausência de laços afetivos, ainda que estes sentimentos sejam idiossincráticos, patenteia uma situação de choque quando confrontados com tal condição / transição. Este choque representa a inadequação e não identificação perante tal condição e, como será abaixo demonstrado, trata-se de todo um processo que requer tempo, interiorização de novos padrões orientadores e o desenvolvimento de laços para que a adaptação e consequente aceitação ocorra. Ou, ocasionalmente, pode nunca ocorrer de todo.

O momento de chegada à rua, e à condição de sem-abrigo, acarreta uma carga emocional, muitas vezes oprimida, e um choque perante uma nova realidade e condição; desprovidos de habitação, laços laborais ou afetivos e, muitas vezes, sem conhecimento de como e onde solicitar ajuda - ou não o fazendo por vergonha, ou por rejeição perante tal condição e não-aceitação da mesma. De acordo com Aldeia (2012:32) aquando da chegada à condição de sem-abrigo, “nos primeiros tempos, os indivíduos estão ainda socializados segundo os critérios orientadores das suas vidas anteriores mas, pela vulnerabilidade extrema em que se encontram, acabaram por chegar à (vida na) rua. Apesar de estarem a viver nela, os seus referenciais sociais orientadores encontram-se fora dela e ainda não desenvolveram relações com outros indivíduos sem-abrigo. É uma etapa em que as pessoas rejeitam cognitivamente e socialmente a sua posição de sem-abrigo”.

“Primeiros dias estava na rua mas depois cai e fui para o hospital estive lá uma semana internado, depois saí do hospital, não tinha nada, nada, nada, nem sítio onde dormir nem nada, dormia na rua isso é que é o choque, não percebia o que é que podia fazer.” Alexander

O impacto inicial, bem como a necessidade de agir e superar todos os sentimentos estimulados, induzem à resiliência e necessidade de assegurar ou garantir a sua sobrevivência, são recordados pela maioria dos entrevistados que relembram episódios peculiares, episódios particularmente marcantes. No entanto, e tal como é possível identificar ou sinalizar ao longo dos percursos narrativos, independentemente da duração do episódio de vida na rua, bem como da aceitação ou interiorização de tal condição e adaptação à mesma, sucedem-se, eventualmente, ocasiões ou momentos exasperantes saturados de angústia que, inevitavelmente, remetem para a memória e, conseqüentemente, para sentimentos em tudo semelhantes ao choque abrupto inicial, impedindo desta forma um afastamento de tais recordações e emoções.

“Da rua, quando entrei na rua, a viver na rua comecei logo a ver se apoiava gente que eu conheço mais velha, gente mais velha que dormia ai na rua. E aproveitei e conheci essa pessoa mais velha que dormia na rua e foi um meio de eu sobreviver também e ajuda-lo e ele ajudar-me a mim.” Tiago

Em todos os discursos narrativos, após recurso a ajuda Institucional ou disponibilização da mesma - após haverem sido encontrados a viver na rua sem teto e sem condições pelas equipas de rua da Instituição, a passagem pelo CAT apresenta-se como elo comum, no entanto, estas passagens caracterizam-se pela sua disparidade. Ainda que se trate de uma etapa que se caracteriza pela sua brevidade, ou assim seria desejável, bem como por ser provisória até passagem para um quarto e, mais tarde, se proceder à reintegração habitacional e apresentando-se como uma etapa fundamental para essa mesma reintegração, os resultados de todo o processo esta resposta apresenta resultados divergentes marcados por experiências totalmente antagónicas. Em duas narrativas ou percursos, os resultados foram os expectáveis obtendo resultados extremamente favoráveis e positivos sendo que

a reintegração habitacional, bem como todas as etapas antecedentes, sucederam-se de um modo positivo. Os restantes dois percursos encontram-se ligados pelas experiências totalmente antagónicas e díspares que culminaram no abandono deliberado do local e conseqüente regresso à rua.

“quando eu cá dormia (camaratas), mas depois saí não aguentava cá, a camarata é muito pequena, pessoas umas doentes (aponta para a cabeça) outras com tosse outras ressonam, não aguentava depois tinha um horário (...) Não quis mais. Enervava-me mais.” Alexander

“Em parte foi mas estar ao lado de pessoas, ao lado de putos, miúdos com tanta vida, com tanta força e não fazem nada pela vida!! (...) E ainda por cima há um horário.” Luís

A reinserção com recurso às camaratas mostra ser um processo complexo e não linear. Tal facto pode ser explicado pelas características individuais e identitárias de cada indivíduo, assumindo extrema relevância quando respeitantes ao apoio e ajuda, bem como na inaptidão adaptativa a um espaço desconhecido, partilhado com pessoas igualmente desconhecidas e de faixas etárias extremamente dissemelhantes passíveis de não se encontrarem nas melhores condições físicas ou psicológicas. Um local manifestamente caracterizado pela hostilidade e frieza bem como pelos horários e regras de funcionamento intransigentes. Sendo a passagem provisória por um Centro de Acolhimento Temporário uma etapa fundamental para a saída da rua e conseqüente reintegração habitacional.

Em ambos os casos cujos resultados fracassaram, ou não obtiveram os resultados expectáveis, existiu uma escolha deliberada em regressar para a rua e pernoitar nos locais habituais, locais que visionam como seus, o seu espaço. As rotinas entretanto já interiorizadas e que, diariamente, realizam de modo instintivo, são partilhadas abertamente e, no caso dos entrevistados que já se encontram reintegrados apesar de, curiosamente, as rotinas diárias em pouco diferirem das de experienciavam sob condição de sem-abrigo, existe uma incapacidade de distanciamento dessas mesmas rotinas, partilham memórias da vida experienciada na rua.

“Passo o dia ali assim (aponta na direção) frente ao Multibanco, passo o dia por aí tranquilo, de vez em quando levanto-me e ou vou ao Minipreço quando tenho de ir à casa de banho, o pior para mim é a casa de banho logo pela manhã... Levanto-me sempre às sete da manhã, está tudo fechado, há uma casa de banho ali mas é longe, tenho que andar um bocadinho, às vezes as necessidades apertam e uma pessoa fica à rasca, eu à noite tenho sempre esse cuidado de ir à casa de banho antes de me deitar; é essa só. Mais? Tomar banho venho aqui (Caritas).” Luís

“Sabes como é que agente fritávamos batatas? Tirávamos a blusa (exemplifica levantando a t-shirt) depois púnhamos um óleo desses qualquer que agente arranjava, fritávamos as batatas e depois para passar era a blusa. Meias eram as mangas das camisolas, os gorros era também as mangas das camisolas. Tínhamos de ter ideias para sobreviver ao frio” Tiago

As marcas da desafiliação, bem como da solidão e da experiência de carências e dificuldades extremas intrinsecamente ligadas à condição de sem-abrigo, para além de perceptíveis na carência de relações ou laços afetivos denotam-se igualmente a nível físico e psíquico. As dificuldades extremas experienciadas associadas à solidão e desafiliação, resultam em transformações físicas e de personalidade tendo repercussões a nível psicológico e identitário. Estas transformações e alterações sentidas aquando da situação de sem-abrigo, na ausência de apoio ou acompanhamento, são “combatidas” ou aliviadas recorrendo ao álcool o que inevitavelmente, cria um ambiente propício à adição.

4.4. Comportamentos Aditivos e Dependência

Na totalidade de percursos / narrativas analisados surge, em pontos ou tópicos distintos e com maior ou menor frequência, a alusão a comportamentos aditivos ou dependências. De acordo com Parot e Dumont (2001) o termo adição surgiu como sinónimo de toxicomania, habituação ou tolerância, denotando todo e qualquer comportamento de

consumo de uma substância que possa originar dependência física e/ou psíquica. No entanto, podemos identificar muitas condutas de dependência, aditivas que não envolvem consumo de substâncias como a adição ao jogo e às compras - dependências não menos problemáticas que a das drogas. Visto tratar-se de um conceito imensamente vasto e abrangente a OMS – Organização Mundial de Saúde – adotou em 1964 o termo dependência em detrimento de adição visto identificar uma inadequação científica no termo.

Durante análise dos percursos de vida / narrativas, diferenciam-se evidentemente dois cenários distintos quanto aos comportamentos aditivos. Se por um lado a existência de qualquer adição é precedente, e manifestamente um agente intimamente relacionado, ao processo de desafiliação, como é possível analisar em dois dos casos em concreto. Nestas duas narrativas, as dependências afetaram os laços de afiliação desempenhando deste modo um papel predominante no percurso descendente, culminando com a vida na rua, atualmente encontram-se reabilitados tendo a família desempenhado um papel preponderante na sua reabilitação e conseqüente saída da rua. No entanto, apesar de recorrerem à metadona, os anos de dependência mostraram ter efeitos nefastos ao nível de saúde, tendo sido desenvolvidas doenças relacionadas ou causadas por esses comportamentos aditivos.

“Eu naquela altura bebia muito e aparecia todo bêbado, todos os dias bêbado. (...) Eu sabia muita coisa e o álcool levava-me a falar certas verdades e eles não gostavam que eu falasse certas verdades...” Tiago

“E agarrei-me à droga, tive um tempo a consumir e depois levou-me a dormir na rua.” Pedro

Em oposição, nas restantes narrativas, os comportamentos aditivos surgem aquando da realidade de vida sob condição de sem abrigo, após experienciarem a dura realidade de vida na rua e, em ambos os casos, ainda se encontram sob tal condição. Se num dos casos se trata de um sem-abrigo crónico com um longo episódio de dependência, padece de alcoolismo crónico, que contesta e rejeita reconhecendo no entanto a existência de problemas de saúde originados pelo excesso de bebida ao longo dos anos de rua.

“Não, não, não, não. (referindo-se a dependência). é pela manhã, quando bebo assim um pouco, pela manhã vomito, tenho vômitos, tenho cólicas, cólicas e vômitos pronto.” Luís

No segundo caso, a dependência, bem como a gravidade do problema, são reconhecidos pelo próprio tendo tal como as múltiplas tentativas, infrutíferas, de sem qualquer acompanhamento proceder ao processo de desintoxicação. Admite, resignadamente, a dificuldade e impossibilidade de uma reabilitação ou desintoxicação bem-sucedida enquanto se encontrar a experienciar tal condição e a viver na rua devido às alterações de humor e personalidade sentidas desde que se encontra perante tal situação.

No decurso do processo de entrevista e acompanhamento dos entrevistados, encontrava-se na terceira tentativa de desintoxicação ou abstinência – o episódio de vida na rua tem atualmente uma duração de três anos, encontrando-se aquando do decorrer da entrevista, no terceiro dia consecutivo sem recorrer ao álcool sendo que, no dia seguinte, já havia cedido e consumido, reconhecendo e constatando, a impossibilidade e dificuldade mencionadas na entrevista. Com o surgimento de sintomas associados ao Síndrome de Abstinência Alcoólica, nomeadamente suores, tremores, bem como as transformações sentidas a nível de personalidade, concretamente agressividade, nervosismo, stress e inquietude, que são superadas com recurso ao álcool.

“Depois comecei a beber, no último ano já entrei na bebida mais, já sabia que não conseguia parar (...) Notava mal como estava, notava assim mais agressivo, eu nunca entrava em confusões (...) Depois disso sempre nervoso e depois que acalmar-se era bebida mas não bebo com alguém compro a garrafa e bebo sozinho, fechado, sozinho assim acalmo e tento dormir. (...) mas quando bebo fico mais calmo, mais alegre, brinco mais, não stresso tanto eu aqui mandam bocas e eu não ligo.” Alexander

O campo dos comportamentos aditivos é efetivamente muito vasto, não abrangendo apenas o consumo problemático de substâncias psicoativas, mas incluindo também todo e qualquer padrão de conduta compulsiva, em que o indivíduo tenta obter um estado de

gratificação, de recompensa, imediata não obstante das consequências negativas sentidas. Comportamentos aditivos são comportamentos problemáticos que, ao se desenvolverem, originam uma situação onde a vida do indivíduo – e a dos que o rodeiam, é afetada de forma negativa e sentida a vários níveis nas distintas áreas de vida. (Nunes e Jolluskin, 2010).

De acordo com Marlatt (1985) o consumo excessivo de uma droga ou substância – com o objetivo de obter a gratificação imediata, pode ser visto como uma perda de controlo sobre os comportamentos, no entanto, a conduta aditiva prende-se, essencialmente, com os determinantes do hábito adito tal como as circunstâncias antecedentes do comportamento, as crenças e expectativas do indivíduo, a sua história de vida e as aprendizagens e experiências. Os comportamentos que integram a adição têm uma série de aspetos implicados mas produzem também uma série de implicações. As condutas aditivas – na sua grande maioria, envolvem processos cognitivos que exercem um papel importante sobre os comportamentos. É necessário ter em conta os seguintes fatores:

- i) O conflito de motivos, onde o desejo de uma gratificação imediata entra em choque com o desejo de evitar ou adiar as consequências nocivas, desse comportamento - consumo.

- ii) A emergência de reações defensivas, indivíduo tende a justificar o seu comportamento através de racionalizações, ou então, nega a sua gravidade a si mesmo e perante os outros. São vários os mecanismos de defesa, a negação, já mencionada, a racionalização, o evitar de tomar decisões, repressão e projeção.

A gratificação imediata, nestes casos, surge sob forma de controlo - autocontrolo, perante a inabilidade de significação da incontrolável e indesejada situação, bem como das complexidades inerentes, e da raiva e frustração que se assumem involuntariamente como características irreconhecíveis, até então totalmente desconhecidas, o desejo e ansia pela normalidade conhecida triunfam e, no fim, sucede a cedência a tal necessidade com a aproximação de um estado de indiferença, no qual tudo se torna irrelevante ou indiferente.

O facto de beberem sozinhos demonstra a vergonha ou desilusão sentidas pela necessidade, do vício, para conseguirem reencontrar-se e obter autodomínio. O estado de dormência e indiferença alcançados conduzem ao oblívio da realidade dura e impotência sentidas. É sabido que a busca ou procura por estados eufóricos ou de conforto em substâncias, nomeadamente plantas e outros, é uma ação possível de ser encontrada ao longo da história da humanidade. Logo, numa situação de vulnerabilidade extrema, intimamente marcada pela carência afetiva e ausência tanto de laços afetivos fortalecidos como de uma rede de apoio, os comportamentos aditivos surgem como consolação ou único conforto acessível, como estabilizador emocional, a uma célere fuga ou escape, e aceitação temporária aquando de um estado de euforia, da realidade.

4.5. Identidade

Considerando que o indivíduo possui características inatas que o individualizam dos restantes – individualismo, e tais características são componentes essenciais da identidade pessoal, entendendo ainda que a identidade representa todo um processo ininterrupto e infundável que resulta da junção entre as interações mantidas com os outros e estas mesmas características individuais – a singularidade, uma transição relevante como se trata a entrada na rua sob condição de sem-abrigo, precedida de todo um percurso de ruturas, carência e fragilidade e desafiliação, ocasiona modificações ou transformações identitárias. Sabe-se que a maneira como agimos ou reagimos quando confrontados perante qualquer situação, quer seja de fragilidade, vulnerabilidade, pressão ou censura, difere de pessoa para pessoa, tal como as implicações que tais acontecimentos terão nas passíveis transformações identitárias.

A dissemelhança encontrada nos discursos, tal como nos traços identitários, ostenta fundamentar-se na duração do episódio de vida na rua e no distanciamento ou tempo decorrido datando do ponto de rutura, quando o tempo de vida na rua é ainda diminuto e, como afirma Aldeia (2012:32), o indivíduo ainda se encontra “socializado segundo os critérios orientadores da (s) sua (s) vida (s) anterior (...) e apesar de viver (em) na rua os

referenciais orientadores encontram-se fora dela”, ainda é possível identificar uma proximidade à sociedade domiciliada.

Não obstante a existência de laços já desenvolvidos, maioritariamente com pessoas que se encontram na mesma situação, é de ressaltar uma aparente interiorização da estigmatização inerente à condição de sem-abrigo, tal é possível observar quando afirma “*Antes estava um senhor agora está um homem de rua*” o modo como proferiu a frase corrobora o sentimento de subalternidade e depreciação num tom de indiferença e constrangimento não sendo reconhecido e não se reconhecendo perante tal condição, experienciando um conflito identitário. O contacto da família, se porventura existente ou efetivo, enfatiza e estende incessantemente a proximidade à sociedade domiciliada bem como as referências identitárias simbólicas dessa mesma vida incrementando tais conflitos não permitindo uma interiorização dos referenciais orientadores que se coadunem à sua atual condição.

“Vejo mal.... Antes estava um senhor agora está um homem de rua. Eu ando a mentir à minha filha, digo que ando a trabalhar mas ela já está desconfiada, eu não quero que ela saiba a verdade, isto não é normal mas a vida tem sempre linha preta e linha branca, pode ser que linha preta agora se acabe e comece a linha branca, a esperança é sempre a última” Alexander

Os laços mantidos restringem-se a amigos, pessoas que se encontram na mesma condição, laços pouco significativos ou relevantes que revelam um interesse parco ou ínfimo na nutrição e manutenção dos mesmos. A ausência de laços fortalecidos, marcas de desafiliação e da solidão encontram-se patentes nas poucas ou ausentes afiliações bem como na carência de reconhecimento obtida através desses mesmos laços. Sendo a identidade efeito das interações que mantemos com os demais, da mutuação de influências incessantes e dos atributos próprios do indivíduo, bem como do reconhecimento obtido através dessas ligações, numa situação de desafiliação o não reconhecimento social, bem como o estigma associado à condição de sem-abrigo, acabam inevitavelmente por ser assimilados pelo indivíduo patenteando-se sob forma de não reconhecimento, auto depreciação e não valorização, existindo em conflito com condição transata, condição com a qual se identifica.

Quando a experiência e vivência na condição de sem-abrigo já se apresenta de longa duração – como no caso de Luís, é notória uma insurgência e revolta contra a vida passada e as características identitárias inerentes a tal condição já se encontram assimiladas e enraizadas, os padrões orientadores da vida que vivia anteriormente, vida passada, já se encontram há muito esquecidos e sobrepostos por novos padrões já interiorizados respeitantes à vida na rua. Os laços quebrados aquando da desafiliação, afetivos, laborais, entre outros, possivelmente jamais serão restabelecidos sendo que os laços mais fortalecidos que nutre são com as pessoas desconhecidas, sem ligação direta ou contacto regular ou consentâneas, com transeuntes que, num ato altruísta, contribuem monetariamente e que vai identificando e reconhecendo como família. Destas relações e ligações atípicas ou incomuns, isentas de afetividade, assume como um ato de reconhecimento e respeito que nutrem por si e pelas suas criações artísticas. Na ausência de ligações e laços o reconhecimento e valorização pessoal é alcançado através das artes.

“A minha família são as pessoas da rua, são as pessoas que dão 20 cêntimos, 10 cêntimos, 1 euro algumas até mais, são as pessoas da rua. (...) É que eu gosto de estar sozinho... Mas eu gosto mesmo de estar sozinho (...) tenho o boné no chão, as pessoas deitam uma moedinha, tenho vendido alguns quadros, uns dois ou três ou quatro.” Luís

As marcas da desafiliação e da vida desvinculada saturada de carências – afetivas, materiais, de solitude e desgosto, patentes nas parcas afiliações ou vinculações atuais. Esta aglomeração de experiências e sentimentos, bem como as transformações identitárias e de personalidade, reproduzem uma relutância quanto ao desenvolvimento de relações de proximidade, investindo ou cultivando apenas relações com determinadas pessoas. Tal facto é observável nas interações diárias ou relações mantidas com utentes, técnicas e auxiliares incidindo a relação de maior afetividade e afinidade sobre determinada técnica ou auxiliar, ao ponto de não recorrerem às respostas sociais da Instituição se esse mesmo membro da equipa se encontrar em período de férias.

“Tenho, alguns... Eh pá amigos...” Luís

“Tenho mas os meus amigos são da rua... há muitas pessoas que me ajudam, mesmo pessoas de rua que eu conheci como arrumador de carros chegam e dizem: olha toma lá, e eu: não quero, não tu precisas, está bom e fica dentro do coração como pessoas têm pena...” Alexander

*“Não, não. Amigos acho que não há amigos, para mim eu aprendi muito, quero dizer assim de amigos não há amigos, amigos há mas é quando uma pessoa tem (faz gesto com a mão e referir-se a dinheiro), quando uma pessoa não tem.. Há amigos e não há amigos, é conhecidos, conhecidos tá bem.”
Pedro*

A solidão, aliada às condições de vida extremas e adversas bem como à estigmatização associada à condição de sem-abrigo, têm efeitos nocivos na identidade do indivíduo no que diz respeito à sua valorização pessoal e autoimagem encontrando-se inevitavelmente associada a picos de angústia e episódios depressivos que, num caso em particular, colmatou numa tentativa de suicídio. Ao falarem sobre si mesmos perante tal condição, conseguimos perceber a imagem depreciativa e redutiva que apresentam de si mesmos.

“é aquela vida que levei de rato, que uma pessoa não é uma pessoa é um rato e anda a pedir para um lado e para o outro, à toa e a sobreviver (...) dormir ao pé dos ratos, saber que somos como os animais, quando dormimos na rua somos como os animais.” Tiago

“Eu mudei muito aqui há uns 3 ou 4 anos atrás, tentei suicidar-me... Não me descorria para ir para aqui ou para ali ou para acolá. Sentia-me desligado de tudo... desligado, desligado, completamente desligado, mesmo desligado.” Luís

“Sim, é muito complicado, passa frio, chuva, calor com tudo.... Eu nunca desejo esta vida nem para o meu grande inimigo, isto é (...) mas tenho de aguentar, não tenho outra (...) Antes estava um senhor agora está um homem de rua.” Alexander

Conclusão

Se o fenómeno sem-abrigo se trata de um fenómeno que tem persistido ao longo dos anos, ainda que sofrendo diversas alterações quanto à sua significação e concetualização, bem como as divergências no que à consensualidade do conceito diz respeito, o perfil de pessoas nesta condição, ainda que apresentando traços comuns, tem vindo a variar ao longo dos anos.

Os percursos de vida de pessoas que vivem, ou experienciaram, a condição de sem-abrigo são sem dúvida distintos tal como o modo como vivenciam tal situação. Todos nós possuímos características identitárias únicas, traços que nos distinguem dos demais, uma singularidade intrínseca que, certamente, nos vai comandar e condicionar no modo como interiorizamos ou interpretamos determinadas situações. Logo, quando a pessoa se encontra no limiar de uma situação precária e / ou fragilidade extrema, de desafiliação – pós rutura dos laços que o “incluíam” na sociedade, em situação de sem-abrigo, a sua capacidade de resiliência e de adaptação, difere de pessoa para pessoa, tal como a influência ou afetação – trauma, do percurso de vida individual. Desta experiência resultam naturalmente, ou de modo expectável, transformações identitárias.

O percurso precedente ou antecedente à entrada na condição de sem-abrigo mostra ser indubitavelmente e fortemente marcado pela instabilidade familiar, laboral e financeira sendo que a noção ou constatação de existência de um núcleo familiar coeso ou consistente jamais pôde ser verificada em qualquer dos percursos de vida analisados. As vinculações mostraram-se, desde cedo, extremamente debilitadas e fragilizadas condicionando, naturalmente, o percurso de vida dos indivíduos.

Tratando-se a família, grupo de amigos e o mercado laboral de “núcleos” de pertença e integração cruciais e fundamentais para o reconhecimento, que resulta de todas estas interações, e como tal constituintes ou características da identidade do indivíduo, a ausência ou inexistência de qualquer vinculação – desafiliação e, neste caso, de entrada na rua, condição de sem-abrigo, representa um momento de transição e adaptação a uma nova realidade e “identidade” elevadamente categorizada e estigmatizada, sendo inevitável a ocorrência de transformações identitárias.

A desafiliação tem repercussões ao nível identitário do indivíduo sendo que as marcas da desafiliação e do percurso, ou período de tempo, desvinculado são desde logo passíveis de identificação na escassez patenteada nas redes de sociabilidade ou laços vinculativos, durante e pós episódio de vida na rua encontrando-se intimamente relacionadas com diferentes fatores. O contacto familiar - a família, apresenta-se como fator preponderante e com maiores repercussões identitárias visto que, quando existente, apresenta-se como elo de ligação real com a sociedade domiciliada, a vida passada antecedente à de rua o que impede ou impossibilita a interiorização identitária inerente à condição de sem-abrigo originando indubitavelmente conflitos identitários. Esta ligação à vida domiciliada, vida passada, patenteia uma recusa e incapacidade em interiorizar os padrões associados à condição atual e, na ausência de reconhecimento obtido através das diversas vinculações visto serem poucas, não se reconhecem a si mesmo perante tal condição e, de um modo evidente, as implicações de tal encontram-se patenteadas na baixa auto estima e auto valorização, no modo depreciativo como se veem perante tal condição, reproduzida na indiferença e implacabilidade utilizada no discurso. O contacto ou proximidade com a família impossibilita assim a assimilação das características identitárias inerentes à condição de sem-abrigo impedindo transformações identitárias e um afastamento das características até então familiares, características e referenciais que não se coadunam à atual condição, pelo que é comum o surgimento de um conflito identitário.

O tempo, a duração do episódio de vida na rua acarreta de igual modo implicações identitárias na medida em que nos episódios de longa duração, no caso dos sem-abrigo crónicos, os padrões, normas e atitudes inerentes a tal condição, são totalmente interiorizados e assimilados pelo indivíduo existindo um distanciamento total de e contra a vida / sociedade domiciliada insurgindo-se e refutando-a identificando-se - e sentindo-se reconhecido, como senhor de rua. Esta aceitação e transformação identitária integral compromete ou envolve uma desafiliação total na medida em que as vinculações ou laços mantidos são nulos o que se manifesta num estado de profunda solidão que, com o passar do tempo, se torna num padrão normalizado. No entanto, as marcas de desafiliação e da solidão, da interiorização da vida sem qualquer vinculação, são de tal forma profundas que conjeturam como família pessoas com as quais mantêm contactos fugazes, pessoas com as quais têm oportunidade de dialogar por breves instantes, nestas interações instantâneas e passageiras sentem-se reconhecidos.

Ainda que no discurso de um sem-abrigo crônico surja comumente a estima ou apreço pela vida de rua, é concludente afirmar que a vida na rua não é resultado de uma decisão ou escolha premeditada ou propositada, surgindo sim como consequência de todo um conjunto de fatores não associados única e exclusivamente a carências materiais. Contudo, o distanciamento de uma vida domiciliada bem como a total interiorização e enraizamento da condição em que se encontram, inviabilizam qualquer perspectiva futura de uma saída da rua ou abandono de vida na mesma.

Por outro lado, as modificações a sentidas a nível de personalidade, resultado das condições adversas e arduidades experienciadas bem como a solidão e isolamento, encontrando-se profundamente conexas aos comportamentos de adição uma vez que perante a impotência de contrariar ou refutar tais modificações, os comportamentos aditivos surgem como facilitador ou atenuador. No entanto, quando o episódio de vida na rua já é antecedido por uma qualquer dependência, as alterações ao nível de personalidade encontram-se profundamente relacionadas com o despontar de conflitos familiares que, por sua vez, culminam na desvinculação e sequente vida na rua. As vertentes negativas adjacentes, ou profundamente inerentes à condição e categorização sem-abrigo, bem como aos comportamentos aditivos ou dependências, são inevitavelmente assimilados pelos indivíduos contribuindo para impulsionar e coadjuvando à proliferação de uma autoimagem depreciativa e pejorativa.

Referências Bibliográficas

Aldeia, João (2011). A Barraca do Rui: Os Laços Sociais no Fenómeno dos Sem-Abrigo. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Universidade de Economia.

Amaro, Maria Inês (s/d). A Dimensão Relacional do Fenómeno da Pobreza Contemporânea: Desafiliação, Laço Social e Vida Urbana.

Amaro, Maria Inês (2012). Do Indivíduo moderno ao Individualismo Contemporâneo: algumas anotações reflexivas.

Amaro, Maria Inês; Oliveira, Ana (2010). Desafiliação e perda o caminho descendente da integração à exclusão. in Isabel Guerra e Alexandra Castro (coord.). Os Caminhos da Pobreza: perfis e políticas sociais em Lisboa. Lisboa: SCML editora.

Anderson, Leon; Snow, David A. (1993). Down on Their Luck, a Study of Homeless Street People. University of California Press. Oxford, England.

Arruda, Ricardo *et al* (2014), O que é a Exclusão Social? Escolar Editora. Lisboa.

Bancroft, Karen H. (2012), Zones of Exclusion: Urban Spatial Policies, Social Justice, and Social Services. *In Journal of Sociology & Social Welfare*, Vol. XXXIX, Nº 3.

Baumohl, James; Huebner, Robert B. (1991). Alcohol and Other Drug Problems Among the Homeless: Research, Practice, and Future Directions. *Housing Policy Debate*. Vol.2, Issue 3.

Bento, António; Barreto, Elias (2002). Sem-Amor, Sem-Abrigo. Lisboa, Climepsi Editores.

Byrne, David (1999). Social Exclusion. *Issues in Society*. Buckingham : Open University Press.

Castel, Robert (1997), A Dinâmica dos Processos de Marginalização: Da Vulnerabilidade à Desfiliação.

Castells, Manuel (1999), O Poder da Identidade – Volume II. Rio de Janeiro. JZE.

Clavel, Gilbert (2004), A Sociedade da Exclusão - Compreendê-la para dela sair, Porto Editora. Porto.

Conde, Idalina (1993), Falar da Vida I. in *Sociologia – Problemas e Práticas*, Nº14, 199-222.

Conde, Idalina (2011), Individuals, biography and cultural spaces: New figurations. *CIES e-Working-Papers*, 119.

Costa, Alfredo Bruto (1998), Exclusões Sociais. *Cadernos Democráticos*. Fundação Mário Soares.

Costa, António Firmino (2011). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*.

Deschamps, Jean-Claude; Devos, Thierry (1998). Regarding the Relationship Between Social Identity and Personal Identity. Part I in *Social Identity, International Perspectives*.

Dubar, Claude (2006). *A crise das Identidades – a interpretação de uma Mutação*. Edições Afrontamento. Porto-

Elias, Norbert (1980). *Introdução à Sociologia*. Espaço da sociologia. Portugal, Lisboa: Edições 70.

Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo: Prevenção, Intervenção e Acompanhamento, 2009 – 2015.

FEANTSA (2005). *ETHOS – European Typology on Homelessness and Housing Exclusion*.

Fortin, Marie-Fabienne (2009). *O Processo de Investigação: Da conceção à realização*. Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda.

Freixo, Manuel João Vaz (2009). *Metodologia Científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa. Instituto Piaget.

Giddens, Anthony (2002), *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro. JZÉ.

Gomes, Teresa Simões; Guadalupe, Sónia (2011). Redes de Suporte Formal ao Sem-Abrigo na Cidade de Coimbra. *Interações*, Nº21: 71 – 94.

Guadalupe, Sónia; Rosa, Vânia (2015). A Rutura de Laços Sociais nas Narrativas da Pessoa em Situação de Sem-Abrigo. *Revista Lusíada*. *Intervenção Social*, Nº42/45.

Hall, Stuart (1996). *The Questions of Cultural Identity*. Blackwell.

Hutchinson, Elizabeth D. (2005). A Life Course Perspective. In: Dimensions of Human Behavior: The Changing Life Course.

Kemper, Maria Lenz (2013). Invisibilidade, Identidade e Laço Social na Contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. Caderno Psicanálise – CPRJ, Vol. 35: 105 – 125. Rio de Janeiro.

Lechner, Elsa (2014), Pesquisa biográfica junto de imigrantes em Portugal: experiência de pesquisa participativa. Revista História, 33, 1.

Marconi, Maria de Andrade; Lakatos, Eva Maria (2003). Fundamentos Metodologia Científica. Editora Atlas.

Marlatt, G. A (1985). Cognitive assessment and intervention procedures for relapse prevention. In: G.A Marlatt e J.R Gordon. Relapse Prevention. London, The Guilford Press, pp. 201 – 279.

Maroco, João; Miguel, Marta; Ornelas, José (2010). Modelos de Atitudes face aos Sem-Abrigo em Portugal. Análise Psicológica, 3 XXVII: 437 – 450.

Mayer, Karl Ulrich (2002). The Sociology of the Life Course and Life Span Psychology – Diverging or Converging Pathways. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Menezes, Filipa Lourenço (2008). Dinâmicas de Risco na Modernidade e Desigualdades Sociais: o caso dos sem-abrigo em Paris, Lisboa e Londres. Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Lisboa. ISCTE.

Menezes, Filipa Lourenço (2012). Percursos Sem-Abrigo: Histórias das ruas de Paris, Lisboa e Londres.

Menezes, Isabel; Jesus, Maria Fernanda (2010). A Experiência de Sem-Abrigo como promotora do empoderamento Psicológico. Análise Psicológica, 3 XXVIII: 527 – 535.

Moura, Vasco Graça (2013). A Identidade Cultural Europeia. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mozzicafreddo, Juan (2000). Estado-Providência e Cidadania em Portugal. Oeiras.

Munoz, Manuel; Vasquez, Carmelo (1998). Las personas sin hogar: aspectos psicosociales de la situación española. *Intervención Psicosocial*, Vol. 7, Nº1: 7 – 26.

National Coalition for the Homeless (2009). *Mental Illness and Homelessness*.

Nunes, Laura M.; Jóluskin, Gloria (2010). *Drogas e Comportamentos de Adição*. Ed. Universidade Fernando Pessoa.

Pádua, Elisabete Matallo (2007). *Metodologia da Pesquisa – Abordagem Teórico – Prática*. Papyrus Editora.

Pais, José Machado (2011). Grupos e Afiliações Sociais. *Revista Teias*, V. 12; 247 – 286. Jovens, territórios e práticas educativas.

Parot, R.; Doron, R. (2001). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa. Climepsi;

Paugam, Serge (2009). *Le lien social*. Paris: Puf.

Quivy, Raymond; Luc Van Campenhoudt (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

Ramalho, Vanda (2011). *Desafiliação Social: Ambiguidades e Multirealidades na Contemporaneidade*. *Revista Lusíada. Intervenção Social*, Lisboa, Nº37.

Rinpoche, Sogyal (2001). *O Livro Tibetano da Vida e da Morte*. Prefácio.

Rodrigues, Eduardo Vítor, *O Estado-Providência e os Processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso Português*.

Rodrigues, Eduardo Vítor, *et al* (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Porto. *Revista da Faculdade de Letras*. pp. 63-101.

Rosa, Vânia (2012). *Laços Sociais e Capital Social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Coimbra. ISMT.

Rossi, Peter H., Wright, James. (1987). *The Determinants of Homelessness*. Published in *Health Affairs* (2016).

Silva, Isabel Ferreira (2001). *Ação Social na Área da Família*. Universidade Aberta.

Stoer, Stephen *et al* (2004), Os lugares da exclusão social, S. Paulo. Cortez ed., pp. 136-138.

Therborn, Goran (ed.) (2006). Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches. London, Verso.

Vieira, Ricardo (1999). Histórias de Vida e Identidade. Porto. Afrontamento.

Vieira, Ricardo (2009). Interacções, Campos de Possibilidades e Metamorfoses Culturais. Edições Colibri.

World Health Organization (2013). Investing in Mental Health: evidence for action.

World Health Organization (1986). The Ottawa Charter for Health Promotion.

Xiberras, Martine (1993). As Teorias da Exclusão: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa. Instituto Piaget.

Yin, Robert K. (2009). Case Study Research: design and methods. Sage Publications, 4 th edition.

ANEXO I

Guião Entrevista

(Previamente ao início da entrevista, será realizada uma contextualização da entrevista com identificação da entrevistadora e da instituição, onde será garantido o anonimato de cada pessoa entrevistada esclarecido o tema, o motivo da escolha e o contexto do trabalho, bem como os seus objetivos. As entrevistas serão gravadas mediante consentimento informado dos entrevistados)

i) Apresentação / Introdução

- Idade;
- Local de nascimento / Nacionalidade;
- Estudos / Habilitações Literárias;
- Situação familiar atual e Estado Civil (agregado familiar, casado, filhos, pais).

ii) História de Vida / Percorso de Vida

- História de Vida / Percorso de Vida – Background (nascimento até momento de rutura / fragilidade e / ou situação atual);

(questões a explorar se forem pouco claras ou não sejam tratadas de todo durante o discurso)

- Perceção sobre condições de vida familiar:

(habitacionais, vida familiar, infância, juventude, conflitos familiares, violência doméstica, dependência álcool ou drogas, divórcio, baixos rendimentos, benefícios sociais; bairro / zona onde residia);

- Percurso escolar:

(permaneceu na escola até que idade, como era a relação com a escola, colegas e professores, memórias)

- Socialização familiar:

(Conflitos familiares, dinâmica familiar, vulnerabilidade afetiva e perda de laços, marginalidade, drogas e álcool, fragilidade nas redes de apoio / suporte familiar);

- Redes de sociabilidade:

(amigos, atividades sociais, hábitos culturais, hobbies; vizinhos).

- Percurso Laboral:

(ocupação, com que idade começou a trabalhar e quais os motivos, emprego fixo e estável ou precário, biscates, porque motivo deixou de trabalhar).

iii) Experiência /Vida na Rua (Sob condição de sem-abrigo)

1. Há quanto tempo vive sem residência fixa e / ou na rua?
2. Qual o (s) motivo (s) que o conduziram a tal situação?
3. Como foi o processo de adaptação? (a nível físico e psíquico/identitário)
4. Como são atualmente as suas condições de vida (onde pernoita, atividades...)?

4. Qual é, ou tem sido, a sua relação com as instituições ou serviços de assistência? (se alguma vez pediu ajuda ou recorreu a algum serviço, quando e por que motivos)
5. Qual foi o maior impacto / choque que sentiu desde que ficou nesta situação?
6. Como se vê a si mesmo nesta condição? E como é visto pelos outros? (discriminação, estigmatização)
7. Quais as maiores mudanças que notou em si mesmo? (personalidade, identidade...)
8. Qual a sua perceção sobre o seu estado de saúde?
9. Quando precisa de ajuda a quem recorre? (instituições, técnicos, familiar...)
10. Há alguma situação que tenha experienciado que o tenha marcado mais?

- Algo que queira acrescentar ou partilhar